

PREGÃO ELETRÔNICO

90022/2024

CONTRATANTE (UASG)

(UASG – 153065: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CAMPUS I)

OBJETO

AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 429.539,73

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 19/02/2025 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço] por [item]

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	17
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	17
11. DOS RECURSOS	18
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2024

(Processo Administrativo nº 23074.083186/2024-71)

Torna-se público que o(a) [Universidade Federal da Paraíba](#), por meio do(a) [Comissão Permanente de Licitação - CPL/PRA](#), sediado(a) no 2º andar do Prédio da Reitoria, Campus Universitário I, João Pessoa-PB, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é [aquisição de APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO, mediante Sistema de Registro de Preços – SRP](#), para atender à demanda dos diversos setores da [UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA](#), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. *Para os itens **1,3,4,5,6,7,8,9,10,12,13,14,15,16 e 17** a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.5.1. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. *Para os itens **2, 3, 4, 5, 7 e 14**, será concedida uma margem de preferência de até 10% sobre os preços de produtos manufaturados e serviços estrangeiros, conforme disposto no artigo 26 da Lei nº 14.133/2021.*

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam

configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.14. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 4.6.1. nos itens exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *valor unitário do item;*

5.1.2. *Marca;*

5.1.3. *Fabricante;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer *proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ~~ou percentual de desconto superior~~ ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 50 (cinquenta) centavos para todos os itens**
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.21.1. **A fase de aceitação e julgamento das propostas será realizada com o auxílio da equipe de apoio, composta por 03 servidores que detêm conhecimento técnico/especializado no objeto deste pregão.**

6.21.2. **O pregoeiro solicitará a manifestação da equipe de apoio, que verificará se as informações apresentadas na proposta e no catálogo enviado pelo licitante atendem as exigências do edital e seus anexos**

6.21.3. **Realizada a análise pela equipe de apoio, esta remeterá documento ao pregoeiro, no qual constará a relação de itens aceitos e/ou recusados, as justificativas de recusa, ressalvas, assinaturas eletrônicas dos membros e a data da análise.**

6.21.4. **O pregoeiro efetivará a aceitação ou recusa da proposta do licitante no sistema com base no documento enviado pela equipe de apoio.**

6.21.5. **O documento que embasou a análise da equipe será juntado aos autos do processo.**

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

- 8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de {NO MÍNIMO, DUAS HORAS}, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco)** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://pra.ufpb.br/pra/contents/pregoes/2024>

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.17.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à

imediate perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, mediante envio de e-mail para: compras_cpl@pra.ufpb.br

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.11. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar a Nota de Empenho/ instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.12. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

14.13. A Administração encaminhará um e-mail para a Adjudicatária informando as instruções para o acesso ao Portal do Fornecedor que faz parte do SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos). Quando a UFPB emitir uma nota de empenho, o fornecedor receberá automaticamente em seu e-mail uma notificação avisando que existe uma nota de empenho disponível no Portal do Fornecedor para que seja aceito no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.14. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.15. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.15.1. referida Nota está substituindo o contrato, conforme previsão do art. 95 da Lei 14.133/2021;

14.15.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e anexos

14.15.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

14.16. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://pra.ufpb.br/prac/contents/pregoes/2024>.

14.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.17.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.17.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.17.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.17.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

João Pessoa, 04 de Fevereiro de 2025

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

DECLARAÇÃO DE AJUSTES E JUSTIFICATIVAS

Objetivando o exame jurídico posterior pela instância consultiva da AGU, informamos que as supressões encontram-se tachadas e as inclusões e/ou preenchimentos das lacunas foram marcadas com a cor azul, tudo feito diretamente no texto.

Exemplos:

~~O prazo de vigência da contratação é de (máximo de 5 anos) contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

Havendo divergência entre a descrição do objeto constante neste TERMO DE REFERÊNCIA e a descrição do objeto constante no sistema COMPRAS.GOV.BR ou na nota de empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste termo.

João Pessoa, 11 de outubro de 2024.

DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MODELO AGU/MGI

Declaramos, para a devida instrução processual, em respeito aos artigos 29 e 35 da IN Nº 05/2017, Enunciado BPC Nº 06 e Art. 9 § 2º da IN SEGES/ME Nº 81, de 25 de novembro de 2022 que foi utilizado o modelo de Termo de Referência constante no site da AGU/MGI, conforme o link que segue:

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrencia>

Ademais, o sistema TR DIGITAL não possibilita a alteração de sua nota de rodapé que encontra-se desatualizada no momento da elaboração deste TR.

João Pessoa, 11 de outubro de 2024

Termo de Referência 66/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
66/2024	153065-UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPOS I	LIVIA MACIEL GUIMARAES COSTA	06/12/2024 12:59 (v 5.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23074.083186/2024-71

1. Definição do objeto

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO**, mediante Sistema de Registro de Preços - SRP, para atender à demanda dos diversos setores da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

QUADRO 1 – DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	UNID. MEDIDA	CATMAT	DISCRIMINAÇÃO DE MATERIAL	VALOR MÁX. ACEITÁVEL UNIT.	QUANT. TOTAL	VALOR MÁX. ACEITÁVEL TOTAL
1	UND	429324	ALICATE WATTÍMETRO DIGITAL ESPECIFICAÇÕES: GARRA ALICATE AC; DISPLAY LCD 4 DÍGITOS, CONTAGEM 10000 COM ILUMINAÇÃO; TRUE RMS AC; POTÊNCIA ATIVA (1KW/10KW/ 100KW/600KW (AC); POTÊNCIA; APARENTE(1KVA/10KVA/100KVA /600KVA (AC)); POTÊNCIA REATIVA (1KVAR/ 10VAR 100VAR/600VAR (AC); ENERGIA ATIVA (100TWH (AC)); FATOR DE POTÊNCIA (0,10~0, 99); DISTORÇÃO HARMÔNICA TOTAL (0~450% THD-F); CORRENTE AC (40/400 /1000A); TENSÃO DC(600V); TENSÃO AC(600V); FREQUÊNCIA (5HZ~500HZ); ABERTURA DE GARRA (45MM); DIÂMETRO DO CONDUTOR (45MM); PRECISÃO BÁSICA (0,5%); CATEGORIA DE SEGURANÇA DE ACORDO COM O CAT III 600V) E CATEGORIA DE INSTALAÇÃO SEMELHANTE AO TIPO III 600V, COMO DETERMINADO PELA NORMA DE SEGURANÇA NR-10. GARANTIA: 12 MESES.	R\$2.291,79	5	R\$11.458,95
2	UND	273159		R\$5.630,00	15	R\$84.450,00

			BALANÇA ANALÍTICA, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CAPACIDADE: 220 G, RESOLUÇÃO: 0,10 MG, LARGURA: 245 MM, ALTURA: 344 MM, PROFUNDIDADE: 321 MM, DIÂMETRO PRATO: 80 MM, TIPO PAINEL: DIGITAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CALIBRAÇÃO INTERNA. ALIMENTAÇÃO 220V OU BIVOLT. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE 12 MESES.			
3	UND	254170	BALANÇA COMERCIAL CAPACIDADE: 10 KG ALIMENTAÇÃO: FONTE AUTOMÁTICA “FULL RANGE” EXTERNA. ENTRADA: 90 - 250VAC, 50 /60HZ E SAÍDA 9V/1,5A PRATO: PRATO DE PESAGEM DE AÇO INO - XIDÁVEL ESPELHADO. DIMENSÕES GABINETE: 37L X 37P X 12A CM / PRATO: 37LX28P CM. GABINETE: EM PLÁSTICO ABS INJETADO. FUNÇÕES DO TECLADO: NÚMEROS DE “0” A “9”, LIGA/DESLIGA, TARA (MÁX 20% DA CAPACIDADE MÁXIMA), IMPRESSÃO, DATA, LIMPA, CÓDIGO E PROG. PÉS ANTIDERRAPANTES EM BORRACHA SINTÉTICA. DIVISÕES PAINEL: 2 G GARANTIA: 1,5 ANOS CONTRA QUAISQUER DEFEITOS DE MATERIAIS E/OU FABRICAÇÃO. GARANTIA: DEVE SER APRESENTADO O CERTIFICADO DE GARANTIA COMPLETA COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ACEITAÇÃO DO EQUIPAMENTO, ENTENDENDO-SE POR ACEITAÇÃO A ETAPA QUE SE SUCEDE A ENTREGA DO EQUIPAMENTO E QUE SE CARACTERIZA PELA REALIZAÇÃO DOS TESTES PRECONIZADOS NOS MANUAIS DE OPERAÇÃO E DE SERVIÇO, COMPROVANDO QUE O EQUIPAMENTO ESTÁ OPERANDO DENTRO DE SUAS CONDIÇÕES DE NORMALIDADE. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: DEVEM SER ASSEGURADOS OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PRESTADA DIRETAMENTE PELO FABRICANTE, SEU REPRESENTANTE OU EMPRESA AUTORIZADA, NO ESTADO DA PARAÍBA (A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INDICADA, QUANDO NÃO FOR A PRÓPRIA FABRICANTE, DEVE TER CAPACITAÇÃO COMPROVADA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO OFERTADO E SEGUIR TODAS AS NORMAS APLICÁVEIS A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO OFERTADO), MANTENDO-SE PARA ISSO A PERIODICIDADE DE ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA QUE É RECOMENDADO NOS MANUAIS DE OPERAÇÃO E DE SERVIÇO DO FABRICANTE MARCA REFERÊNCIA: BALMAK.	R\$633,60	7	R\$4.435,20
4	UND	271865	BALANÇA ELETRÔNICA DE PRECISÃO: CARGA MÁXIMA 2200 GRAMAS.	R\$2.179,67	11	R\$23.976,37

			SENSIBILIDADE E REPRODUTIBILIDADE DE 0,01G. COM MICROPROCESSADOR POSSUI TARA SUBTRATIVA, MOSTRADOR DIGITAL DE CRISTAL LÍQUIDO, INDICADOR DE ESTABILIDADE DE LEITURA. GARANTIA DE 12 MESES.			
5	UND	261903	BALANÇA ELETRÔNICA, CAPACIDADE PESAGEM: 30 KG, VOLTAGEM: 220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALTA SENSIBILIDADE, PRATO EM AÇO INOXIDÁVEL, NÍVEL. TIPO PAINEL: LCD, PESO LÍQUIDO: 13 KG.	R\$772,47	9	R\$6.952,23
6	UND	274941	FAÍMETRO DIGITAL. TIPO: PORTÁTIL; TENSÃO DE OPERAÇÃO: 40V ~ 690V AC, TRIFÁSICO; FAIXA DE FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 15HZ ~400HZ; AMBIENTE: OPERAÇÃO: 0°C A 40°C RH<70%; GRAU DE POLUIÇÃO: 2; CATEGORIA DE SEGURANÇA: CAT III 600V / CAT IV 300V; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DISPLAY LCD, INDICADORES LED P/ SEQUÊNCIA TRIFÁSICA, PESO MÉDIO DE 130G, DIMENSÃO MÉDIA DE 130(A)X69(L)X32(P)MM E ÍNDICE DE PROTEÇÃO IP40. ACESSÓRIOS: PONTA DE PROVA (3 PEÇAS), GARRA JACARÉ (3 PEÇAS), BOLSA DE TRANSPORTE, MANUAL DE INSTRUÇÕES; GARANTIA: 12 MESES PELO FABRICANTE CONTRA DEFEITOS DE MATERIAL E FABRICAÇÃO. MODELO DE REFERÊNCIA OU SIMILAR: IGUAL OU DE QUALIDADE SUPERIOR AO MODELO HIKARI HFA-690.	R\$436,09	3	R\$1.308,27
7	UND	613361	MEDIDOR DE AMÔNIA (NH3). CARACTERÍSTICAS GERAIS: DETECTOR DE AMÔNIA (NH3) DIGITAL PORTÁTIL. MONITORA CONTINUAMENTE A CONCENTRAÇÃO DE AMÔNIA NO AMBIENTE E POSSUI ALERTA AO USUÁRIO QUANDO OS NÍVEIS EXCEDEM OS PONTOS DE AJUSTE DO EQUIPAMENTO. POSSUI SINALIZAÇÃO SONORA, VISUAL E VIBRAÇÃO. SENSOR DE GÁS E BATERIA SUBSTITUÍVEIS. REVESTIMENTO EM MATERIAL EMBORRACHADO. RESISTENTE À ÁGUA, POEIRA E EXPLOSÕES. FAIXA DE MEDIÇÃO: 0 A 100 PPM. TIPO DE SENSOR: ELETROQUÍMICO. EXATIDÃO: +- 5% FS. RESOLUÇÃO: 1 PPM. PRINCÍPIO DE AMOSTRAGEM: DIFUSÃO. ALARME: 4 TIPOS. SINALIZAÇÃO: SONORA (>90DB), VISUAL E VIBRATÓRIA. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -40 A 50 °C. ALIMENTAÇÃO: 3.6VDC 1.2A (MN14250 BATERIA DE LÍTIO). UMIDADE DE OPERAÇÃO: 5 A 95 %UR (SEM CONDENSACÃO). DIMENSÕES (LXAXP): 54 X 91 X 32 MM. ITENS INCLUSOS: – 1 TAMPA DE CALIBRAÇÃO – 1 CLIPE DE FIXAÇÃO – COM ALÇA (INSTALADO) – 1 MANUAL DE INSTRUÇÕES – 1 CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO RASTREÁVEL PARA DETECTOR DE AMÔNIA REQUISITOS: EM CONFORMIDADE COM INMETRO ABNT NBR	R\$4.587,62	3	R\$13.762,86

			IEC 60079-0. MARCA DE REFERÊNCIA OU SIMILAR: AKSO. OUTRAS MARCAS DEVERÃO APRESENTAR CATÁLOGOS DETALHADOS DO PRODUTO.			
8	UND	274982	MEDIDOR DE VIBRAÇÕES: BALANCEADOR DINÂMICO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: LEITURA DIGITAL EM DISPLAY ALFANUMÉRICO E AS UNIDADES EM MM/S, MICRONS, "G" E RPM,; COMPATÍVEL COM A NORMA NBR 10082; BALANCEAMENTO DINÂMICO DE ROTORES NO LOCAL; CONTROLE DE ROLAMENTOS; VELOCIDADE DO TIPO RMS; INDICAÇÃO NO DISPLAY SEMELHANTE À TECLA HOLD E BATERIA 09 VOLTS. GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES.	R\$4.229,87	1	R\$4.229,87
9	UND	276688	MULTÍMETRO DIGITAL DISPLAY 4½ DÍGITOS; 50.000 CONTAGENS; MEDIÇÃO TRUE RMS, COM FUNÇÃO DE CALIBRAÇÃO; FUNÇÃO DE MEDIÇÃO DE VOLTAGEM DC(RANGE DE 50MV E 1000V E RESPECTIVAMENTE AS RESOLUÇÕES DE 0,001MV A 0,1V SENDO A PRECISÃO DO RANGE DE 50MV DE 0,05 + 10 E A PRECISÃO DO RANGE DE 1000V DE (0,03+2); VOLTAGEM AC(RANGE RMS DE 50 COM RESOLUÇÃO DE 0,0001MV E PRECISÃO DE 0,4% NA FAIXA DE 20 A 1KHZ ATÉ O RANGE DE 1000V COM A RESOLUÇÃO DE 0,1V); DCV +ACV; CORRENTE DC(DO RANGE DE 500 MICRO AMPERES E RESOLUÇÃO DE 0,01 MUCRO AMPERES E PRECISÃO DE 0,75% NA FAIXA DE 20 A 1KHZ) ATÉ 10 A (AMPERES) COM RESOLUÇÃO DE 0,001 A E PRECISÃO DE 1% NA FAIXA DE 20 A1KHZ, SENDO POSSÍVEL MEDIÇÕES DE ATÉ 5 KHZ); DCA +ACA; RESISTÊNCIA (COM RANGE DE 500OHM ATÉ 50M OHM; FREQUÊNCIA ; TEMPERATURA, CAPACITÂNCIA(RANGE DE 5NF ATÉ 50MF) DUTY CICLE(RANGE DE 10 A 90% E RESOLUÇÃO DE 1% TESTE DE DIODO; LOWPOWER RESISTANCE; MEDIÇÃO DE VOLTAGEM E CORRENTE AC DOS TIPOS COM DETECÇÃO DOS TIPOS RMS E MÉDIA ; FUNÇÕES ADICIONAIS DE DATA HOLD; TEMPERATURA DE OPERAÇÃO DE -20° A 55° GRAUS CELSIUS ;UMIDADE DE 80% OU MENOS(SEM CONDENSAÇÃO); ALIMENTAÇÃO DE 4 PILHAS AA;TEMPO DE BATERIA DE 120 HORAS (MEDINDO VOLTAGEM DC E COM PILHAS ALCALINAS); DIMENSÕES:90(W)X192(H)X49(D) MM; EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE SEGURANÇA EN61010-1,EN61010- 2,EN61010-031,1000 VCATIII,600VCAT IV, POSSUI FUSÍVEL DE 440 MA E OUTRO DE 10 A; PRECISÃO MÁXIMA DE MEDIÇÃO DE 0,020 % RDG+ 2DGT(TENSÃO DC); INCLUI - INTERFACE ÓTICA PARA COMUNICAÇÃO COM CABO USB - PAR DE PONTAS DE PROVA - SENSOR DE TEMPERATURA TIPO K PARA SUPERFÍCIES MODELO 90055B -20 A 250°C - CASE PARA MULTÍMETRO . GARANTIA: 03 ANOS PRESTADA PELO FABRICANTE	R\$1.939,97	19	R\$36.859,43

10	UND	441523	OSCILOSCÓPIO DIGITAL 100MHZ - COTA ME /EPP DE APROXIMADAMENTE 15%. ESPECIFICAÇÕES: 04 CANAIS-100MHZ, 4 CANAIS ANALÓGICOS. TELA WVGA DE 8,5 POLEGADAS E 1 MPTS DE MEMÓRIA. TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 200.000 FORMAS DE ONDA/S. , ENTRADA COM ACOPLAMENTO AC E DC ; TEMPO DE SUBIDA CALCULADO =< 3,5 NS; AJUSTES OU SISTEMA VERTICAL DE 1MV /DIVISÃO A 5V/DIVISÃO; AJUSTES OU SISTEMA HORIZONTAL DE 5NS/DIV PARA 50S /DIVISÃO; TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 100 A 240 VAC, POTÊNCIA MÁXIMA= 100W, TENSÃO MÁXIMA DE ENTRADA 135 VRMS; 190VPK. CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO. CD DE DOCUMENTAÇÃO. MENUS DA INTERFACE DO USUÁRIO EM DIVERSOS IDIOMAS, INCLUINDO PORTUGUÊS. CABO DE ALIMENTAÇÃO LOCAL. CONECTIVIDADE: NO MÍNIMO UMA PORTA USB PARA ARMAZENAMENTO EM FLASH DRIVE NO PAINEL FRONTAL, UMA PORTA USB PARA ARMAZENAMENTO EM FLASH DRIVE NO PAINEL TRASEIRO E UMA PORTA USB PARA CONECTIVIDADE COM PC NO PAINEL TRASEIRO. GERADOR DE FUNÇÃO EMBUTIDO DE PELO MENOS DE 20MHZ. CAPACIDADE DE CONEXÃO POR LAN; INTERFACE DE REDE 10/100 OU SUPERIOR. GARANTIA: 05 ANOS.	R\$21.505,46	1	R\$21.505,46
11	UND	441523	OSCILOSCÓPIO DIGITAL 100MHZ ESPECIFICAÇÕES: 04 CANAIS-100MHZ, 4 CANAIS ANALÓGICOS. TELA WVGA DE 8,5 POLEGADAS E 1 MPTS DE MEMÓRIA. TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 200.000 FORMAS DE ONDA/S. , ENTRADA COM ACOPLAMENTO AC E DC ; TEMPO DE SUBIDA CALCULADO =< 3,5 NS; AJUSTES OU SISTEMA VERTICAL DE 1MV /DIVISÃO A 5V/DIVISÃO; AJUSTES OU SISTEMA HORIZONTAL DE 5NS/DIV PARA 50S /DIVISÃO; TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 100 A 240 VAC, POTÊNCIA MÁXIMA= 100W, TENSÃO MÁXIMA DE ENTRADA 135 VRMS; 190VPK. CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO. CD DE DOCUMENTAÇÃO. MENUS DA INTERFACE DO USUÁRIO EM DIVERSOS IDIOMAS, INCLUINDO PORTUGUÊS. CABO DE ALIMENTAÇÃO LOCAL. CONECTIVIDADE: NO MÍNIMO UMA PORTA USB PARA ARMAZENAMENTO EM FLASH DRIVE NO PAINEL FRONTAL, UMA PORTA USB PARA ARMAZENAMENTO EM FLASH DRIVE NO PAINEL TRASEIRO E UMA PORTA USB PARA CONECTIVIDADE COM PC NO PAINEL TRASEIRO. GERADOR DE FUNÇÃO EMBUTIDO DE PELO MENOS DE 20MHZ. CAPACIDADE DE CONEXÃO POR LAN; INTERFACE DE REDE 10/100 OU SUPERIOR. GARANTIA: 05 ANOS.	R\$21.505,46	8	R\$172.043,68
12	UND	601020	PAQUÍMETRO DIGITAL MATERIAL: PONTAS METAL DURO RESOLUÇÃO: 0,01 MM PRECISÃO: +/- 0,02 MM LEITURA: 7,5 MM	R\$724,14	23	R\$16.655,22

			<p>APLICAÇÃO: MEDIÇÃO EXTERNA/INTERNA PROFUNDIDADE E RES - SALTOS ALIMENTAÇÃO: BATERIA 1,50 V CAPACIDADE: 300 MM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BOTÃO ZERAGEM. GARANTIA: DEVE SER APRESENTADO O CERTIFICADO DE GARANTIA COMPLETA COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ACEITAÇÃO DO EQUIPAMENTO, ENTENDENDO -SE POR ACEITAÇÃO A ETAPA QUE SE SUCEDE A ENTREGA DO EQUIPAMENTO E QUE SE CARACTERIZA PELA REALIZAÇÃO DOS TESTES PRECONIZADOS NOS MANUAIS DE OPERAÇÃO E DE SERVIÇO, COMPROVANDO QUE O EQUIPAMENTO ESTÁ OPERANDO DENTRO DE SUAS CONDIÇÕES DE NORMALIDADE. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: DEVEM SER ASSEGURADOS OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PRESTADA DIRETAMENTE PELO FABRICANTE, SEU REPRESENTANTE OU EMPRESA AUTORIZADA, NO ESTADO DA PARAÍBA (A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INDICADA, QUANDO NÃO FOR A PRÓPRIA FABRICANTE, DEVE TER CAPACITAÇÃO COMPROVADA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO OFERTADO E SEGUIR TODAS AS NORMAS APLICÁVEIS A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO OFERTADO), MANTENDO -SE PARA ISSO A PERIODICIDADE DE ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA QUE É RECOMENDADO NOS MANUAIS DE OPERAÇÃO E DE SERVIÇO DO FABRICANTE.</p>			
13	UND	276040	<p>PONTA DE PROVA DIFERENCIAL ESPECIFICAÇÕES: ALTA TENSÃO DE 25MHZ; ATENUAÇÃO: 10:1 OU 100:1; MEDIDOR DE TENSÕES DE ATÉ 700V EM MODO 100:1; COMPATÍVEL COM QUALQUER OSCILOSCÓPIO COM ENTRADA BNC DE 1 MΩ; ACESSÓRIOS: DUAS PONTAS RETRÁTEIS EM FORMATO DE GANCHO E DOIS CLIPES JACARÉ. GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES.</p>	R\$6.659,04	2	R\$13.318,08
14	UND	602165	<p>SISTEMA GLOBAL DE POSICIONAMENTO – GLOBAL - DISPLAY: 2,2 COM LEITURA EM INTENSIDADE LUZ SOLAR, TIPO: DIGITAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM 01 SLOT CARTÃO MICROSD, CABO USB-MINI, RESOLUÇÃO: 240 X 320 PIXELS, MEMÓRIA: 8, PADRÃO: SISTEMA DE SATÉLITE: GPS E GLONASS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: DIMENSÕES FÍSICAS: 6,1 X 16,0 X 3,6 CM TAMANHO DO ECRÃ, LXA: 3,6 X 5,5 CM; DIAGONAL DE 2,6 POL. (6,6 CM) RESOLUÇÃO DO ECRÃ, LXA: 160 X 240 PIXELS TIPO DE ECRÃ: TFT TRANSFLETIVO DE 65 MIL CORES PESO: 217 G COM PILHAS BATERIA: 2 PILHAS AA (NÃO INCLUÍDAS); RECOMENDAMOS PILHAS DE LÍTIO OU NIMH VIDA ÚTIL DA BATERIA: 16 HORAS CLASSIFICAÇÃO NA</p>	R\$2.847,63	1	R\$2.847,63

			<p>ÁGUA: IPX7 INTERFACE: COMPATÍVEL COM MINI USB DE ALTA VELOCIDADE E NMEA 0183 CONECTIVIDADE SEM FIOS: SIM - BLUETOOTH®, ANT+® MEMÓRIA/HISTORIAL: 16 GB (O ESPAÇO DO UTILIZADOR VARIA CONSOANTE O MAPA INCLUÍDO) MAPAS PRÉ-CARREGADOS: SIM (TOPOACTIVE; NAVEGÁVEIS) CAPACIDADE DE ADICIONAR MAPAS: SIM MAPA DE BASE: SIM CÁLCULO DE ROTA AUTOMÁTICO (ROTAS DE CURVA A CURVA NAS RUAS): SIM SEGMENTOS DO MAPA: 3000 BIRDSEYE: 250 FICHEIROS DE IMAGENS BIRDSEYE INCLUI CARACTERÍSTICAS HIDROGRÁFICAS DETALHADAS (LINHAS COSTEIRAS, LAGOS /RIOS, PÂNTANOS E NASCENTES PERENES E SAZONAIS): SIM INCLUI PESQUISAS DE PONTOS DE INTERESSE (PARQUES, PARQUES DE CAMPISMO, PARQUES DE MERENDAS E MIRADOUROS): SIM APRESENTA PARQUES NACIONAIS, ESTATAIS E LOCAIS, FLORESTAS E ZONAS DE RESERVA: SIM CAPACIDADE DE ENERGIA E ARMAZENAMENTO: SIM (CARTÃO MICROSD™ DE 32 GB NO MÁXIMO) PONTOS DE PASSAGEM/FAVORITOS/LOCAIS: 5000 TRAJETOS: 200 REGISTO DE TRAJETOS: 10000 PONTOS, 200 TRAJETOS GUARDADOS ROTAS: 200, 250 PONTOS POR ROTA; ROTAS AUTOMÁTICAS DE 50 PONTOS RECEPTOR DE ALTA SENSIBILIDADE: SIM GPS, GLONASS, GALILEO, QZSS: SIM ALTÍMETRO BAROMÉTRICO: SIM BÚSSOLA: SIM (COMPENSAÇÃO DE INCLINAÇÃO, 3 EIXOS) BÚSSOLA GPS (EM MOVIMENTO): SIM FREQUÊNCIA MULTIBANDA: SIM NAVEGAÇÃO DE ROTA ATIVA: SIM CÁLCULO DE ÁREAS: SIM CALENDÁRIO DE CAÇA /PESCA: SIM INFORMAÇÕES DE SOL E LUA: SIM CONCEBIDO PARA GEOCACHING: SIM (SEM PAPEL) COMPATÍVEL COM PERSONALIZAÇÃO DE MAPAS: SIM (500 MOSAICOS DE MAPA PERSONALIZADOS) VISUALIZADOR DE IMAGENS: SIM.</p>			
15	UND	434296	<p>TERMOHIGRÔMETRO. TIPO: DIGITAL, REGISTRO DE MÁXIMAS (MAX) E MÍNIMAS (MIN), SELEÇÃO DA UNIDADE DE MEDIÇÃO °C / °F, SELEÇÃO DO FORMATO DE HORÁRIO (12/24H), RELÓGIO / ALARME / CALENDÁRIO, INDICAÇÃO DO NÍVEL DE CARGA DAS PILHAS, SUPORTE PARA USO SOBRE A MESA E ORIFÍCIO PARA USO PRESO NA PAREDE. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FAIXA DE MEDIÇÃO: TEMPERATURA INTERNA (IN): -10 A 50°C; TEMPERATURA EXTERNA (OUT): -50 A 70°C; UMIDADE: 10 A 99%UR RESOLUÇÃO: TEMPERATURA: 0.1°C / UMIDADE: 1% UR EXATIDÃO: TEMPERATURA: ±1°C; UMIDADE: ±5% UR TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -10 A 50°C UMIDADE DE OPERAÇÃO: 10 A 100% UR (SEM CONDENSAÇÃO) ALIMENTAÇÃO: 1,5V (1PILHA AAA) COMPRIMENTO DO CABO (SENSOR EXTERNO): 1,5 M DIMENSÕES (L X A</p>	R\$60,00	43	R\$2.580,00

			X P): 98 X 106 X 23 MM PESO: 140 G FORNECIDO: 1 PILHA AAA; MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS GARANTIA: 01 ANO OS FORNECEDORES DEVERÃO APRESENTAR CATÁLOGOS DETALHADOS DO PRODUTO.			
16	UND	460781	TRENA ELETRÔNICA TIPO: ELETRÔNICA DIGITAL, MÉTODO DE MEDIÇÃO: A LASER, ALCANCE: 40, TIPO VISOR: CRISTAL LÍQUIDO, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: MEDIÇÃO DE DISTÂNCIA, CÁLCULO DE ÁREA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: IP 54 DÍODO LASER 635 NM, < 1 MW FAIXA DE MEDIÇÃO 0,15 – 40,00 M TEMPO DE MEDIÇÃO, TÍPICO < 0,5 S CLASSE DE LASER 2 PRECISÃO DE MEDIÇÃO, TÍPICA ± 1,5 MM ^d TEMPO DE MEDIÇÃO MÁX. 4 S ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 2 X 1,5 V LR03 (AAA) DISPOSITIVO DE DESCONEXÃO AUTOMÁTICA 5 MIN UNIDADES DE MEDIÇÃO M/CM, PÉS /POLEGADA CAPACIDADE DA MEMÓRIA (VALORES) 10 COR LASER VERMELHO FAIXA DE MEDIÇÃO, ATÉ 40 M	R\$261,50	23	R\$6.014,50
17	UND	267707	WATTÍMETRO DIGITAL TRUE RMS ESPECIFICAÇÕES: DISPLAY LCD DUPLO DE 4 DÍGITOS; FAIXA DE MEDIÇÃO: 1W A 6000W; MEDIÇÃO DE TENSÃO ALTERNADA (VAC) 0,1 V A 600,0V – PRECISÃO +/- 0,3% +0,03 A; MEDIÇÃO DE CORRENTE ALTERNADA (ACA): FAIXA DE MEDIÇÃO 0,01 A 10 A; MEDIÇÃO RMS EM TEMPO REAL ACV/ACA; RETENÇÃO DE DADOS CONGELA A LEITURA DO MOSTRADOR (HOLD); SAÍDA DE DADOS PARA O PC; INDICADOR DE BATERIA FRACA; LUZ DE FUNDO VERDE DE FÁCIL LEITURA, CIRCUITO LSI, AJUSTES DE ZERO AUTOMÁTICO .INDICADOR SOBRE ESCALA; TEMPO DE AMOSTRAGEM: APROXIMADAMENTE 01S; ALIMENTAÇÃO DE BATERIA TIPO: 09 V; TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0 OC A 50 OC; UMIDADE DE OPERAÇÃO: INFERIOR A 80% UR; ALIMENTAÇÃO: BATERIA DE 09V, TIPO ALCALINA OU ADAPTADOR 09V, COM CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO RBC P /MULTÍMETRO EM RESISTÊNCIA CORRENTE. GARANTIA: MÍNIMO 06 MESES.	R\$2.380,66	3	R\$7.141,98
TOTAL						R\$429.539,73

Obs.: Aos itens 1, 12 e 16 foram acrescidos quantidades referentes à UASG 153066.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é contado a partir do recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Havendo divergência entre a descrição do objeto constante neste TERMO DE REFERÊNCIA e a descrição do objeto constante no sistema COMPRAS.GOV.BR ou na nota de empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste termo.

1.7. O licitante deverá cotar considerando a quantidade total prevista para cada item.

1.8. Com exceção dos itens 2 e 11 os demais representam cotas reservadas para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do Art. 8º do DECRETO Nº 8.538 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

1.9. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.10. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.11. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

~~1.12. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):~~

1.13. Para os itens 2, 3, 4, 5, 7 e 14, será concedida uma margem de preferência de até 10% sobre os preços de produtos manufaturados e serviços estrangeiros, conforme disposto no art. 26 da lei nº 14.133/2021.

2. Fundamentação da contratação

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

~~2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:~~

~~I) ID PCA no PNCP: [...];~~

~~II) Data de publicação no PNCP: [...];~~

~~III) Id do item no PCA: [...]~~

~~IV) Classe/Grupo: [...];~~

~~V) Identificador da Futura Contratação: [...].~~

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024 da UFPB, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

2.4. A justificativa para as quantidades que se pretende contratar ocorreu através de um levantamento da demanda, realizado através do Ofício Circular N° 71/2024 – PRA, o que resultou nas requisições constantes no Processo, consolidadas na Intenção de Registro de Preços – IRP do SIPAC N° 24/2024, e na requisição 5233/2024 (para ajuste das cotas exclusivas para ME/EPP), embasando a abertura de um Pregão SRP para atender a demanda dos diversos setores da Universidade Federal da Paraíba.

2.5. A necessidade para aquisição dos bens/serviços se encontra nas justificativas enviadas pelas Unidades /Centros na confirmação de adesão à IRP n.º 24/2024, acima mencionada, bem como nos processos encaminhados à Seção de Compras, que originaram o pregão em comento, e que seguem anexos.

2.6. O Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pela SEÇÃO DE COMPRAS/PRA, considerando as demandas recebidas, conforme apêndice deste Termo de Referência.

2.7. Quanto ao Plano de Contratações Anual – PCA 2024, as informações foram enviadas pelas unidades requisitantes através das justificativas da demanda, anexas ao processo, para participação na IRP do SIPAC.

3. Descrição da solução

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

A) Que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação a seus similares.

B) Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

C) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade apresentados neste termo de referência atendem aos planos para práticas de sustentabilidade apresentados no Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) da UFPB.

~~Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):~~

~~4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:~~

~~Da vedação de contratação de marca ou produto~~

~~4.3. Diante das conclusões extraídas do processo n. _____, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

~~4.3.1.~~

~~4.3.2.~~

~~4.3.3.~~

~~Da exigência de amostra~~

~~4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.~~

~~4.5. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:~~

~~4.5.1.~~

~~4.5.2.~~

~~4.5.3.~~

~~4.6. As amostras poderão ser entregues no endereço _____, no prazo limite de _____, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.~~

~~4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.~~

~~4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.~~

~~4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:~~

~~4.9.1. Itens (...):~~

~~4.9.2. Itens (...):~~

~~4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

~~4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.~~

~~4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.~~

~~4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de (.....) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.~~

~~4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.~~

~~Da exigência de carta de solidariedade~~

~~4.15. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

Subcontratação

4.16. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

~~4.17. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:~~

~~4.17.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: (...)~~

~~4.17.2. A subcontratação fica limitada a ... [parcela permitida/percentual]~~

~~4.18. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.~~

Garantia da Contratação

4.19. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021, pelas características e fornecimento do objeto. Por se tratar de SRP, o contrato será substituído pela nota de empenho. Logo, os valores contratados serão pagos após o recebimento do objeto, garantindo assim a plena execução da contratação e minimizando os riscos para Administração Pública.

~~4.20. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.~~

~~4.21. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.~~

~~4.22. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.~~

~~4.23. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.~~

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única. O quantitativo solicitado na nota de empenho deverá ser entregue em única remessa, não podendo o fornecedor parcelar o quantitativo descrito na nota de empenho.

~~5.2. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:~~

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	... unidades do item ..., ... unidades do item ...	
2ª	... unidades do item ..., ... unidades do item ...	
3ª	... unidades do item ..., ... unidades do item ...	

[...]	... unidades do item ..., ... unidades do item ...	

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10 (dez)** dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

ALMOXARIFADO CENTRAL DO CAMPUS I na Cidade Universitária, João Pessoa/PB. Horário: 08:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira. Contatos: e-mail - almoxcentral@pra.ufpb.br Fone - (83) 3216-7145.

PREFEITURA UNIVERSITÁRIA DA UFPB/SOF - 153066. ENDEREÇO: Prédio Central das Superintendências da UASG 153066. Cidade Universitária – João Pessoa (PB) CEP: 58.051-900 – Telefone: (83) 3216-7311.

5.4.1. A apresentação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-E) deverá ocorrer a cada fornecimento com o objetivo de conferência do quantitativo por parte do responsável pelo recebimento e cada Nota Fiscal só poderá corresponder a uma Nota de Empenho.

~~5.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior à metade do prazo total recomendado pelo fabricante.~~

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), salvo outros prazos estabelecidos na descrição dos itens do QUADRO 1 do item 1.1 deste Termo de Referência.

~~5.7. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, () meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

~~5.8. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.~~

5.9. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, **09 (nove)** meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.10. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.11. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.12. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.13. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.14. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **30 (trinta)** dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.15. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.16. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.17. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.18. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.19. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.20. Para o item 9 a garantia deverá ser de 3 anos e para os itens 10 e 11 deverá ser de 5 anos.

6. Modelo de gestão do contrato

~~6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.~~

~~6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.~~

~~6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.~~

~~6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.~~

~~6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros~~

Fiscalização

~~6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).~~

Fiscalização Técnica

~~6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));~~

~~6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));~~

~~6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));~~

~~6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).~~

~~6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).~~

~~6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).~~

Fiscalização Administrativa

~~6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).~~

~~6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).~~

~~6.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:~~

~~6.9.1. (...)~~

~~6.9.2. (...)~~

~~6.9.3. (...)~~

~~6.9.4. (...)~~

Gestor do Contrato

~~6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).~~

~~6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).~~

~~6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).~~

~~6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).~~

~~6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).~~

~~6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).~~

~~6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.~~

Obrigações do Contratante (art. 92, X, XI e XIV)

6.17. São obrigações do contratante:

6.17.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos; o edital e seus anexos;

6.17.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.17.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.17.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

6.17.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e Termo de Referência.

6.17.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato termo de referência;

6.17.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

6.17.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.17.9. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.17.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

6.17.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.18. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Obrigações do Contratado (art. 92, XIV, XVI e XVII)

6.19. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste ~~Contrato~~ termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

6.19.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.19.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.19.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.19.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

6.19.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.19.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.19.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

6.19.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

6.19.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

6.19.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

6.19.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

6.19.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

6.19.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

6.19.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.19.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

6.19.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

6.19.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de vigência;

6.19.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na [Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

6.19.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

6.19.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

6.19.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Infrações e Sanções Administrativas (art. 92, XIV)

6.20. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.21. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste ~~Contrato~~ termo de referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste ~~Contrato~~ termo de referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 6.20, de 15% a 30% do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 6.20, de 0,5% a 15% do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 6.20, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 6.20, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 6.20, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato, ~~ressalvadas as seguintes infrações:~~

6.22. A aplicação das sanções previstas neste ~~Contrato~~ termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.22.1. Todas as sanções previstas neste ~~Contrato~~ termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.22.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.22.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.22.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.23. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.24. Na aplicação das sanções serão considerados [\(art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021\)](#):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.25. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei [\(art. 159\)](#).

6.26. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste ~~Contrato~~ termo de referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia [\(art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

6.27. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. [\(Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

6.28. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

6.29. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

Da Extinção Contratual (art. 92, XIX)

6.30. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.31. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

6.32. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6.33. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.33.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

6.33.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

6.33.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva

6.34. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.34.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.34.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.34.3. Indenizações e multas.

6.35. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

6.36. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Dos Casos Omissos (art. 92, III)

6.37. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Alterações

6.38. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6.39. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.40. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.41. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Foro (art. 92, §1º)

6.42. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Paraíba, Seção Judiciária de João Pessoa/PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste ~~Termo de Contrato~~ termo de referência que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Da Formalização da Contratação

6.43. O adjudicatário terá um prazo estabelecido pela Administração, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

6.44. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.45. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital/termo de referência e seus anexos;

c) a contratada reconhece que as hipóteses de extinção contratual são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco)** dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8.1. A apresentação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-E) deverá ocorrer por ocasião da entrega dos bens, com o objetivo de conferência do quantitativo por parte do responsável pelo recebimento.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [IPCA/IBGE](#) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

~~Antecipação de pagamento~~

~~7.24. A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~7.25. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante — ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~7.26. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~7.26.1. R\$..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~7.26.2. (...)~~

~~7.27. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~7.27.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.~~

~~7.27.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

~~7.28. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~7.29. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até (....) dias, contados do recebimento do (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).~~

~~7.30. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~7.31. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:~~

~~7.31.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;~~

~~7.31.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.~~

~~7.32. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

Cessão de crédito

7.33. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.33.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.34. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.35. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.36. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.37. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento ~~do objeto~~ do quantitativo solicitado na nota de empenho deverá ser entregue em única remessa, não podendo o fornecedor parcelar o quantitativo descrito na nota de empenho.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

~~8.14. **Ato de autorização para o exercício da atividade de** (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) n°~~

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.26.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado para todos os itens que a empresa estiver participando](#).

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

~~8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.~~

Qualificação Técnica

~~8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;~~

8.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1.1. Emissão de Atestado de Qualificação Técnica, com descrição do que foi entregue, para os itens 2, 4, 9, 10 e 11. O quantitativo apresentado no(s) atestado(s) deverá ser equivalente a, no mínimo, 50% do quantitativo total do item.

8.31.1.2. Atestado com assinatura legível de quem o emitiu.

8.31.1.3. Data ou período da entrega.

8.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

~~8.31.5. Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei~~

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 429.539,73

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 429.539,73 (quatrocentos e vinte e nove mil, quinhentos e trinta e nove reais e setenta e três centavos), conforme custo unitários apostos no [QUADRO 1 – DETALHAMENTO DO OBJETO do item 1.1 deste Termo de Referência](#).

~~OU
[em anexo];~~

~~OU~~

~~9.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.....~~

~~OU~~

~~9.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.~~

~~9.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.~~

9.5. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

[9.5.5. não haverá reajuste de preços pelo período de 12 \(doze\) meses, salvo para as condições estabelecidas acima.](#)

9.6. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data [de assinatura da ata de registro de preços](#).

9.7. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.9. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.10. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.11. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.12. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.13. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

~~10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~

~~F) Gestão/Unidade: [...];~~

~~H) Fonte de Recursos: [...];~~

~~HH) Programa de Trabalho: [...];~~

~~IV) Elemento de Despesa: [...];~~

~~V) Plano Interno: [...];~~

~~10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.~~

10.4 Em virtude de tratar-se de SRP, A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil. (Art. 17 Decreto nº 11.462/2023).

11. Elaboração do Termo de Referência

11.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Seção de Compras, com base nas informações repassadas pelas unidades requisitantes, tendo como equipe de apoio os servidores relacionados na Portaria nº 106/2024 - PRA.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LIVIA MACIEL GUIMARAES COSTA

Equipe de apoio

GILKALINE MEIRELES PEREIRA DE LUCENA

Equipe de apoio

MANOEL WELTON DA SILVA SANTOS

Equipe de apoio

GEISYANNE FERREIRA DA CRUZ MORAIS

Equipe de apoio

ALTEMIR TOMAZ DE CARVALHO GARCIA

Equipe de apoio

ISAAC SOARES DE FREITAS

Equipe de apoio

GABRIEL VIEIRA HOLANDA DE ALMEIDA

Equipe de apoio

ANGELA MARIA TRIBUZY DE MAGALHAES CORDEIRO

Equipe de apoio

CACILDA CHAVES MORAIS DE LIMA

Equipe de apoio

MARIA DE OLIVEIRA ALVES CAVALCANTI

Equipe de apoio

MANUEL RUFINO DA SILVA NETO

Equipe de apoio

YURI PERCY MOLINA RODRIGUEZ

Equipe de apoio

JARDEL BESERRA DE ALMEIDA

Equipe de apoio

SANDRO MARDEN TORRES

Equipe de apoio

ROBERTA NUNES PARENTONI

Equipe de apoio

GILMARIO MOREIRA LIMA

Equipe de apoio

MANUELA SILVEIRA CARVALHO MONTEIRO

Equipe de apoio

APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 22/2024

(Processo Administrativo nº 23074. 083186/2024-71)

Estudo Técnico Preliminar 41/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23074.083186/2024-71

2. Descrição da necessidade

A solução proposta é a eventual aquisição de **Aparelhos de Medição e Orientação** para atender às demandas dos diversos setores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), de modo a assegurar a continuidade das atividades administrativas e acadêmicas da instituição.

As unidades requisitantes que compõem a presente aquisição descrevem a necessidade da contratação, bem como a adequação do objeto aos interesses da Administração nos seguintes processos: 23074.039119/2024-78, 23074.040378/2024-35, 23074.073263/2024-31, 23074.013068/2024-11, 23074.039860/2024-53, 23074.039997/2024-40, 23074.017162/2024-53 e 23074.039762/2024-80. As quantidades informadas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) serão suficientes para atender as demandas pelo período de 12 meses, tomando como parâmetro os quantitativos estimados na IRP 24/2024, combinado com o histórico de consumo nos últimos exercícios.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CCAE	GILKALINE MEIRELES PEREIRA DE LUCENA
CEAR	EULER CASSIO TAVARES DE MACEDO
CTDR	JOÃO ANDRADE DA SILVA
CPT-ETS	MARIA SORAYA PEREIRA FRANCO ADRIANO
IDEP	OSIRAN FELICIO DE LIMA
IPEFARM	MIRIAN GRACIELA DA SILVA STIEBBE SALVADORI

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos prioritários para a contratação estão vinculados ao atendimento da descrição de cada item já exposto nos Documentos de Formalização de Demanda, disponíveis para consulta nos processos acessórios do Pregão e no Termo de Referência, respeitando a legislação normativa em vigor já conhecida para cada material.

5. Levantamento de Mercado

O Levantamento de Mercado consiste, quando possível, na prospecção e análise das alternativas de soluções de compra. Seguem alguns dos fornecedores obtidos a partir dos processos que originaram a presente aquisição:

- Hikari;
- Minipa;
- Instrutherm;
- Data Hold;
- Balmak;
- Plastitalia;
- Alesco.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta envolve a aquisição de **Aparelhos de Medição e Orientação** para o atendimento de futuras demandas oriundas das diversas unidades gestoras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Tal aquisição visa assegurar a continuidade das atividades administrativas e acadêmicas da UFPB proporcionando uma melhoria no ambiente de trabalho nas dependências das unidades, permitindo ao público interno e externo condições mínimas de conforto. Assim, a Administração transfere à empresa especializada, vencedora da licitação, a atribuição de fornecer:

ITEM	UND	CÓDIGO CATMAT	DISCRIMINAÇÃO DE MATERIAL
1	UND	429324	ALICATE WATTÍMETRO DIGITAL ESPECIFICAÇÕES: GARRA ALICATE AC; DISPLAY LCD 4 DÍGITOS, CONTAGEM 10000 COM ILUMINAÇÃO; TRUE RMS AC; POTÊNCIA ATIVA (1KW/10KW/ 100KW/600KW (AC)); POTÊNCIA; APARENTE(1KVA/10KVA/100KVA/600KVA (AC)); POTÊNCIA REATIVA (1KVAR/ 10VAR 100VAR /600VAR (AC); ENERGIA ATIVA (100TWH (AC)); FATOR DE POTÊNCIA (0,10~0,99); DISTORÇÃO HARMÔNICA TOTAL (0~450% THD-F); CORRENTE AC (40/400 /1000A); TENSÃO DC(600V); TENSÃO AC(600V); FREQUÊNCIA (5HZ~500HZ); ABERTURA DE GARRA (45MM); DIÂMETRO DO CONDUTOR (45MM); PRECISÃO BÁSICA (0,5%); CATEGORIA DE SEGURANÇA DE ACORDO COM O CAT III 600V) E CATEGORIA DE INSTALAÇÃO SEMELHANTE AO TIPO III 600V, COMO DETERMINADO PELA NORMA DE SEGURANÇA NR-10. GARANTIA: 12 MESES
2	UND	273159	BALANÇA ANALÍTICA, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CAPACIDADE: 220 G, RESOLUÇÃO: 0,10 MG, LARGURA: 245 MM, ALTURA: 344 MM, PROFUNDIDADE: 321 MM, DIÂMETRO PRATO: 80 MM, TIPO PAINEL: DIGITAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CALIBRAÇÃO INTERNA. ALIMENTAÇÃO 220V OU BIVOLT. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE 12 MESES.
3	UND	254170	BALANÇA COMERCIAL CAPACIDADE: 10 KG ALIMENTAÇÃO: FONTE AUTOMÁTICA "FULL RANGE" EXTERNA. ENTRADA: 90 - 250VAC, 50/60HZ E SAÍDA 9V/1, 5A PRATO: PRATO DE PESAGEM DE AÇO INO - XIDÁVEL ESPELHADO. DIMENSÕES GABINETE: 37L X 37P X 12A CM / PRATO: 37LX28P CM. GABINETE: EM PLÁSTICO ABS INJETADO. FUNÇÕES DO TECLADO: NÚMEROS DE "0" A "9", LIGA/DESLIGA, TARA (MÁX 20% DA CAPACIDADE MÁXIMA), IMPRESSÃO, DATA, LIMPA, CÓDIGO E PROG. PÉS ANTIDERRAPANTES EM BORRACHA SINTÉTICA. DIVISÕES PAINEL: 2 G GARANTIA: 1,5 ANOS CONTRA QUAISQUER DEFEITOS DE MATERIAIS E/OU FABRICAÇÃO. GARANTIA: DEVE SER APRESENTADO O CERTIFICADO DE GARANTIA COMPLETA COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ACEITAÇÃO DO EQUIPAMENTO, ENTENDENDO-SE POR ACEITAÇÃO A ETAPA QUE SE SUCEDE A ENTREGA DO EQUIPAMENTO E QUE SE CARACTERIZA PELA REALIZAÇÃO DOS TESTES PRECONIZADOS NOS

			MANUAIS DE OPERAÇÃO E DE SERVIÇO, COMPROVANDO QUE O EQUIPAMENTO ESTÁ OPERANDO DENTRO DE SUAS CONDIÇÕES DE NORMALIDADE. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: DEVEM SER ASSEGURADOS OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PRESTADA DIRETAMENTE PELO FABRICANTE, SEU REPRESENTANTE OU EMPRESA AUTORIZADA, NO ESTADO DA PARAÍBA (A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INDICADA, QUANDO NÃO FOR A PRÓPRIA FABRICANTE, DEVE TER CAPACITAÇÃO COMPROVADA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO OFERTADO E SEGUIR TODAS AS NORMAS APLICÁVEIS A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO OFERTADO), MANTENDO-SE PARA ISSO A PERIODICIDADE DE ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA QUE É RECOMENDADO NOS MANUAIS DE OPERAÇÃO E DE SERVIÇO DO FABRICANTE MARCA REFERÊNCIA: BALMAK.
4	UND	271865	BALANÇA ELETRÔNICA DE PRECISÃO: CARGA MÁXIMA 2200 GRAMAS. SENSIBILIDADE E REPRODUTIBILIDADE DE 0,01G. COM MICROPROCESSADOR POSSUI TARA SUBTRATIVA, MOSTRADOR DIGITAL DE CRISTAL LÍQUIDO, INDICADOR DE ESTABILIDADE DE LEITURA. GARANTIA DE 12 MESES.
5	UND	261903	BALANÇA ELETRÔNICA, CAPACIDADE PESAGEM: 30 KG, VOLTAGEM: 220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALTA SENSIBILIDADE, PRATO EM AÇO INOXIDÁVEL, NÍVEL. TIPO PAINEL: LCD, PESO LÍQUIDO: 13 KG
6	UND	274941	FASÍMETRO DIGITAL. TIPO: PORTÁTIL; TENSÃO DE OPERAÇÃO: 40V ~ 690V AC, TRIFÁSICO; FAIXA DE FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 15HZ ~400HZ; AMBIENTE: OPERAÇÃO: 0°C A 40°C RH<70%; GRAU DE POLUIÇÃO: 2; CATEGORIA DE SEGURANÇA: CAT III 600V / CAT IV 300V; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DISPLAY LCD, INDICADORES LED P/ SEQUÊNCIA TRIFÁSICA, PESO MÉDIO DE 130G, DIMENSÃO MÉDIA DE 130(A)X69(L)X32(P) MM E ÍNDICE DE PROTEÇÃO IP40. ACESSÓRIOS: PONTA DE PROVA (3 PEÇAS), GARRA JACARÉ (3 PEÇAS), BOLSA DE TRANSPORTE, MANUAL DE INSTRUÇÕES; GARANTIA: 12 MESES PELO FABRICANTE CONTRA DEFEITOS DE MATERIAL E FABRICAÇÃO. MODELO DE REFERÊNCIA OU SIMILAR: IGUAL OU DE QUALIDADE SUPERIOR AO MODELO HIKARI HFA-690.
			MEDIDOR DE AMÔNIA (NH3). CARACTERÍSTICAS GERAIS: DETECTOR DE AMÔNIA (NH3) DIGITAL PORTÁTIL. MONITORA CONTINUAMENTE A CONCENTRAÇÃO DE AMÔNIA NO AMBIENTE E POSSUI ALERTA AO USUÁRIO QUANDO OS NÍVEIS EXCEDEM OS PONTOS DE AJUSTE DO EQUIPAMENTO. POSSUI SINALIZAÇÃO SONORA, VISUAL E VIBRAÇÃO. SENSOR DE GÁS E BATERIA SUBSTITUÍVEIS. REVESTIMENTO EM MATERIAL EMBORRACHADO. RESISTENTE À ÁGUA, POEIRA E EXPLOSÕES. FAIXA DE MEDIÇÃO: 0 A 100 PPM. TIPO DE SENSOR: ELETROQUÍMICO. EXATIDÃO: +- 5% FS. RESOLUÇÃO: 1 PPM. PRINCÍPIO DE AMOSTRAGEM: DIFUSÃO. ALARME: 4 TIPOS. SINALIZAÇÃO: SONORA

7	UND	613361	(>90DB), VISUAL E VIBRATÓRIA. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -40 A 50 °C. ALIMENTAÇÃO: 3.6VDC 1.2A (MN14250 BATERIA DE LÍTIO). UMIDADE DE OPERAÇÃO: 5 A 95 %UR (SEM CONDENSAÇÃO). DIMENSÕES (LXAXP): 54 X 91 X 32 MM. ITENS INCLUSOS: – 1 TAMPA DE CALIBRAÇÃO – 1 CLIPE DE FIXAÇÃO – COM ALÇA (INSTALADO) – 1 MANUAL DE INSTRUÇÕES – 1 CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO RASTREÁVEL PARA DETECTOR DE AMÔNIA REQUISITOS: EM CONFORMIDADE COM INMETRO ABNT NBR IEC 60079-0. MARCA DE REFERÊNCIA OU SIMILAR: AKSO. OUTRAS MARCAS DEVERÃO APRESENTAR CATÁLOGOS DETALHADOS DO PRODUTO.
8	UND	274982	MEDIDOR DE VIBRAÇÕES: BALANCEADOR DINÂMICO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: LEITURA DIGITAL EM DISPLAY ALFANUMÉRICO E AS UNIDADES EM MM/S, MICRONS, “G” E RPM.; COMPATÍVEL COM A NORMA NBR 10082; BALANCEAMENTO DINÂMICO DE ROTORES NO LOCAL; CONTROLE DE ROLAMENTOS; VELOCIDADE DO TIPO RMS; INDICAÇÃO NO DISPLAY SEMELHANTE À TECLA HOLD E BATERIA 09 VOLTS. GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES
9	UND	276688	MULTÍMETRO DIGITAL DISPLAY 4½ DÍGITOS; 50.000 CONTAGENS; MEDIÇÃO TRUE RMS, COM FUNÇÃO DE CALIBRAÇÃO; FUNÇÃO DE MEDIÇÃO DE VOLTAGEM DC(RANGE DE 50MV E 1000V E RESPECTIVAMENTE AS RESOLUÇÕES DE 0,001MV A 0,1V SENDO A PRECISÃO DO RANGE DE 50MV DE 0,05 + 10 E A PRECISÃO DO RANGE DE 1000V DE (0,03+2); VOLTAGEM AC(RANGE RMS DE 50 COM RESOLUÇÃO DE 0,0001MV E PRECISÃO DE 0,4% NA FAIXA DE 20 A 1KHZ ATÉ O RANGE DE 1000V COM A RESOLUÇÃO DE 0,1V); DCV +ACV; CORRENTE DC(DO RANGE DE 500 MICRO AMPERES E RESOLUÇÃO DE 0,01 MUCRO AMPERES E PRECISÃO DE 0,75% NA FAIXA DE 20 A 1KHZ) ATÉ 10 A (AMPERES) COM RESOLUÇÃO DE 0,001 A E PRECISÃO DE 1% NA FAIXA DE 20 A1KHZ, SENDO POSSÍVEL MEDIÇÕES DE ATÉ 5 KHZ); DCA +ACA; RESISTÊNCIA (COM RANGE DE 500OHM ATÉ 50M OHM; FREQUÊNCIA ; TEMPERATURA, CAPACITÂNCIA(RANGE DE 5NF ATÉ 50MF) DUTY CICLE(RANGE DE 10 A 90% E RESOLUÇÃO DE 1% TESTE DE DIODO; LOWPOWER RESISTANCE; MEDIÇÃO DE VOLTAGEM E CORRENTE AC DOS TIPOS COM DETECÇÃO DOS TIPOS RMS E MÉDIA ; FUNÇÕES ADICIONAIS DE DATA HOLD; TEMPERATURA DE OPERAÇÃO DE -20° A 55° GRAUS CELSIUS ;UMIDADE DE 80% OU MENOS(SEM CONDENSAÇÃO);ALIMENTAÇÃO DE 4 PILHAS AA;TEMPO DE BATERIA DE 120 HORAS (MEDINDO VOLTAGEM DC E COM PILHAS ALCALINAS); DIMENSÕES:90(W)X192(H)X49(D) MM; EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE SEGURANÇA EN61010-1,EN61010- 2,EN61010-031,1000 VCATIII,600VCAT IV, POSSUI FUSÍVEL DE 440 MA E OUTRO DE 10 A; PRECISÃO MÁXIMA DE MEDIÇÃO DE 0,020 % RDG+ 2DGT (TENSÃO DC); INCLUI - INTERFACE ÓTICA PARA COMUNICAÇÃO COM CABO USB - PAR DE PONTAS DE PROVA - SENSOR DE TEMPERATURA TIPO K PARA SUPERFÍCIES MODELO 90055B -20 A 250°C - CASE PARA

			MULTÍMETRO. GARANTIA: 03 ANOS PRESTADA PELO FABRICANTE
10	UND	441523	OSCIOSCÓPIO DIGITAL 100MHZ - COTA ME/EPP DE APROXIMADAMENTE 15% . ESPECIFICAÇÕES: 04 CANAIS-100MHZ, 4 CANAIS ANALÓGICOS. TELA WVGA DE 8,5 POLEGADAS E 1 MPTS DE MEMÓRIA. TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 200.000 FORMAS DE ONDA/S. , ENTRADA COM ACOPLAMENTO AC E DC ; TEMPO DE SUBIDA CALCULADO =< 3,5 NS; AJUSTES OU SISTEMA VERTICAL DE 1MV/DIVISÃO A 5V/DIVISÃO; AJUSTES OU SISTEMA HORIZONTAL DE 5NS/DIV PARA 50S/DIVISÃO; TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 100 A 240 VAC, POTÊNCIA MÁXIMA= 100W, TENSÃO MÁXIMA DE ENTRADA 135 VRMS; 190VPK. CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO. CD DE DOCUMENTAÇÃO. MENUS DA INTERFACE DO USUÁRIO EM DIVERSOS IDIOMAS, INCLUINDO PORTUGUÊS. CABO DE ALIMENTAÇÃO LOCAL. CONECTIVIDADE: NO MÍNIMO UMA PORTA USB PARA ARMAZENAMENTO EM FLASH DRIVE NO PAINEL FRONTAL, UMA PORTA USB PARA ARMAZENAMENTO EM FLASH DRIVE NO PAINEL TRASEIRO E UMA PORTA USB PARA CONECTIVIDADE COM PC NO PAINEL TRASEIRO. GERADOR DE FUNÇÃO EMBUTIDO DE PELO MENOS DE 20MHZ. CAPACIDADE DE CONEXÃO POR LAN; INTERFACE DE REDE 10/100 OU SUPERIOR. GARANTIA: 05 ANOS
11	UND	441523	OSCIOSCÓPIO DIGITAL 100MHZ ESPECIFICAÇÕES: 04 CANAIS-100MHZ, 4 CANAIS ANALÓGICOS. TELA WVGA DE 8,5 POLEGADAS E 1 MPTS DE MEMÓRIA. TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 200.000 FORMAS DE ONDA/S. , ENTRADA COM ACOPLAMENTO AC E DC ; TEMPO DE SUBIDA CALCULADO =< 3,5 NS; AJUSTES OU SISTEMA VERTICAL DE 1MV/DIVISÃO A 5V/DIVISÃO; AJUSTES OU SISTEMA HORIZONTAL DE 5NS/DIV PARA 50S/DIVISÃO; TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 100 A 240 VAC, POTÊNCIA MÁXIMA= 100W, TENSÃO MÁXIMA DE ENTRADA 135 VRMS; 190VPK. CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO. CD DE DOCUMENTAÇÃO. MENUS DA INTERFACE DO USUÁRIO EM DIVERSOS IDIOMAS, INCLUINDO PORTUGUÊS. CABO DE ALIMENTAÇÃO LOCAL. CONECTIVIDADE: NO MÍNIMO UMA PORTA USB PARA ARMAZENAMENTO EM FLASH DRIVE NO PAINEL FRONTAL, UMA PORTA USB PARA ARMAZENAMENTO EM FLASH DRIVE NO PAINEL TRASEIRO E UMA PORTA USB PARA CONECTIVIDADE COM PC NO PAINEL TRASEIRO. GERADOR DE FUNÇÃO EMBUTIDO DE PELO MENOS DE 20MHZ. CAPACIDADE DE CONEXÃO POR LAN; INTERFACE DE REDE 10/100 OU SUPERIOR. GARANTIA: 05 ANOS
			PAQUÍMETRO DIGITAL MATERIAL: PONTAS METAL DURO RESOLUÇÃO: 0,01 MM PRECISÃO: +/- 0,02 MM LEITURA: 7,5 MM APLICAÇÃO: MEDIÇÃO EXTERNA /INTERNA PROFUNDIDADE E RES - SALTOS ALIMENTAÇÃO: BATERIA 1,50 V CAPACIDADE: 300 MM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BOTÃO ZERAGEM. GARANTIA: DEVE SER APRESENTADO O CERTIFICADO DE GARANTIA COMPLETA COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ACEITAÇÃO DO EQUIPAMENTO, ENTENDENDO -SE POR ACEITAÇÃO A

12	UND	601020	ETAPA QUE SE SUCEDE A ENTREGA DO EQUIPAMENTO E QUE SE CARACTERIZA PELA REALIZAÇÃO DOS TESTES PRECONIZADOS NOS MANUAIS DE OPERAÇÃO E DE SERVIÇO, COMPROVANDO QUE O EQUIPAMENTO ESTÁ OPERANDO DENTRO DE SUAS CONDIÇÕES DE NORMALIDADE. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: DEVEM SER ASSEGURADOS OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PRESTADA DIRETAMENTE PELO FABRICANTE, SEU REPRESENTANTE OU EMPRESA AUTORIZADA, NO ESTADO DA PARAÍBA (A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INDICADA, QUANDO NÃO FOR A PRÓPRIA FABRICANTE, DEVE TER CAPACITAÇÃO COMPROVADA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO OFERTADO E SEGUIR TODAS AS NORMAS APLICÁVEIS A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO OFERTADO), MANTENDO-SE PARA ISSO A PERIODICIDADE DE ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA QUE É RECOMENDADO NOS MANUAIS DE OPERAÇÃO E DE SERVIÇO DO FABRICANTE.
13	UND	276040	PONTA DE PROVA DIFERENCIAL ESPECIFICAÇÕES: ALTA TENSÃO DE 25MHZ; ATENUAÇÃO: 10:1 OU 100:1; MEDIDOR DE TENSÕES DE ATÉ 700V EM MODO 100:1; COMPATÍVEL COM QUALQUER OSCILOSCÓPIO COM ENTRADA BNC DE 1 M; ACESSÓRIOS: DUAS PONTAS RETRÁTEIS EM FORMATO DE GANCHO E DOIS CLIPES JACARÉ. GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES
14	UND	602165	SISTEMA GLOBAL DE POSICIONAMENTO – GLOBAL - DISPLAY: 2,2 COM LEITURA EM INTENSIDADE LUZ SOLAR, TIPO: DIGITAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM 01 SLOT CARTÃO MICROSD, CABO USB-MINI, RESOLUÇÃO: 240 X 320 PIXELS, MEMÓRIA: 8, PADRÃO: SISTEMA DE SATÉLITE: GPS E GLONASS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: DIMENSÕES FÍSICAS: 6,1 X 16,0 X 3,6 CM TAMANHO DO ECRÃ, LXA: 3,6 X 5,5 CM; DIAGONAL DE 2,6 POL. (6,6 CM) RESOLUÇÃO DO ECRÃ, LXA: 160 X 240 PIXELS TIPO DE ECRÃ: TFT TRANSFLETIVO DE 65 MIL CORES PESO: 217 G COM PILHAS BATERIA: 2 PILHAS AA (NÃO INCLUÍDAS); RECOMENDAMOS PILHAS DE LÍTIO OU NIMH VIDA ÚTIL DA BATERIA: 16 HORAS CLASSIFICAÇÃO NA ÁGUA: IPX7 INTERFACE: COMPATÍVEL COM MINI USB DE ALTA VELOCIDADE E NMEA 0183 CONECTIVIDADE SEM FIOS: SIM - BLUETOOTH®, ANT+® MEMÓRIA/HISTORIAL: 16 GB (O ESPAÇO DO UTILIZADOR VARIA CONSOANTE O MAPA INCLUÍDO) MAPAS PRÉ -CARREGADOS: SIM (TOPOACTIVE; NAVEGÁVEIS) CAPACIDADE DE ADICIONAR MAPAS: SIM MAPA DE BASE: SIM CÁLCULO DE ROTA AUTOMÁTICO (ROTAS DE CURVA A CURVA NAS RUAS): SIM SEGMENTOS DO MAPA: 3000 BIRDSEYE: 250 FICHEIROS DE IMAGENS BIRDSEYE INCLUI CARACTERÍSTICAS HIDROGRÁFICAS DETALHADAS (LINHAS COSTEIRAS, LAGOS/RIOS, PÂNTANOS E NASCENTES PERENES E SAZONAIS): SIM INCLUI PESQUISAS DE PONTOS DE INTERESSE (PARQUES, PARQUES DE CAMPISMO, PARQUES DE MERENDAS E MIRADOUROS): SIM APRESENTA PARQUES NACIONAIS, ESTATAIS E LOCAIS, FLORESTAS E ZONAS DE RESERVA:

			SIM CAPACIDADE DE ENERGIA E ARMAZENAMENTO: SIM (CARTÃO MICROSD™ DE 32 GB NO MÁXIMO) PONTOS DE PASSAGEM/FAVORITOS/LOCAIS: 5000 TRAJETOS: 200 REGISTO DE TRAJETOS: 10000 PONTOS, 200 TRAJETOS GUARDADOS ROTAS: 200, 250 PONTOS POR ROTA; ROTAS AUTOMÁTICAS DE 50 PONTOS RECEPTOR DE ALTA SENSIBILIDADE: SIM GPS, GLONASS, GALILEO, QZSS: SIM ALTÍMETRO BAROMÉTRICO: SIM BÚSSOLA: SIM (COMPENSAÇÃO DE INCLINAÇÃO, 3 EIXOS) BÚSSOLA GPS (EM MOVIMENTO): SIM FREQUÊNCIA MULTIBANDA: SIM NAVEGAÇÃO DE ROTA ATIVA: SIM CÁLCULO DE ÁREAS: SIM CALENDÁRIO DE CAÇA/PESCA: SIM INFORMAÇÕES DE SOL E LUA: SIM CONCEBIDO PARA GEOCACHING: SIM (SEM PAPEL) COMPATÍVEL COM PERSONALIZAÇÃO DE MAPAS: SIM (500 MOSAICOS DE MAPA PERSONALIZADOS) VISUALIZADOR DE IMAGENS: SIM
15	UND	434296	TERMOHIGRÔMETRO. TIPO: DIGITAL, REGISTRO DE MÁXIMAS (MAX) E MÍNIMAS (MIN), SELEÇÃO DA UNIDADE DE MEDIÇÃO °C / °F, SELEÇÃO DO FORMATO DE HORÁRIO (12/24H), RELÓGIO / ALARME / CALENDÁRIO, INDICAÇÃO DO NÍVEL DE CARGA DAS PILHAS, SUPORTE PARA USO SOBRE A MESA E ORIFÍCIO PARA USO PRESO NA PAREDE. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FAIXA DE MEDIÇÃO: TEMPERATURA INTERNA (IN): -10 A 50°C; TEMPERATURA EXTERNA (OUT): -50 A 70°C; UMIDADE: 10 A 99% UR RESOLUÇÃO: TEMPERATURA: 0.1°C / UMIDADE: 1% UR EXATIDÃO: TEMPERATURA: ±1°C; UMIDADE: ±5% UR TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -10 A 50°C UMIDADE DE OPERAÇÃO: 10 A 100% UR (SEM CONDENSAÇÃO) ALIMENTAÇÃO: 1,5V (1PILHA AAA) COMPRIMENTO DO CABO (SENSOR EXTERNO): 1,5 M DIMENSÕES (L X A X P): 98 X 106 X 23 MM PESO: 140 G FORNECIDO: 1 PILHA AAA; MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS GARANTIA: 01 ANO OS FORNECEDORES DEVERÃO APRESENTAR CATÁLOGOS DETALHADOS DO PRODUTO.
16	UND	460781	TRENA ELETRÔNICA TIPO: ELETRÔNICA DIGITAL, MÉTODO DE MEDIÇÃO: A LASER, ALCANCE: 40, TIPO VISOR: CRISTAL LÍQUIDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MEDIÇÃO DE DISTÂNCIA, CÁLCULO DE ÁREA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: IP 54 DÍODO LASER 635 NM, < 1 MW FAIXA DE MEDIÇÃO 0,15 – 40,00 M TEMPO DE MEDIÇÃO, TÍPICO < 0,5 S CLASSE DE LASER 2 PRECISÃO DE MEDIÇÃO, TÍPICA ± 1,5 MM TEMPO DE MEDIÇÃO MÁX. 4 S ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 2 X 1,5 V LR03 (AAA) DISPOSITIVO DE DESCONEXÃO AUTOMÁTICA 5 MIN UNIDADES DE MEDIÇÃO M/CM, PÉS /POLEGADA CAPACIDADE DA MEMÓRIA (VALORES) 10 COR LASER VERMELHO FAIXA DE MEDIÇÃO, ATÉ 40 M
			WATTÍMETRO DIGITAL TRUE RMS ESPECIFICAÇÕES: DISPLAY LCD DUPLO DE 4 DÍGITOS; FAIXA DE MEDIÇÃO: 1W A 6000W; MEDIÇÃO DE TENSÃO ALTERNADA (VAC) 0,1 V A 600,0V – PRECISÃO +/- 0,3% +0,03 A; MEDIÇÃO DE CORRENTE ALTERNADA (ACA): FAIXA DE MEDIÇÃO 0,01 A 10 A; MEDIÇÃO RMS EM TEMPO REAL ACV/ACA; RETENÇÃO DE DADOS CONGELA A LEITURA DO

17	UND	267707	MOSTRADOR (HOLD); SAÍDA DE DADOS PARA O PC; INDICADOR DE BATERIA FRACA; LUZ DE FUNDO VERDE DE FÁCIL LEITURA, CIRCUITO LSI, AJUSTES DE ZERO AUTOMÁTICO .INDICADOR SOBRE ESCALA; TEMPO DE AMOSTRAGEM: APROXIMADAMENTE 01S; ALIMENTAÇÃO DE BATERIA TIPO: 09 V; TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0 OC A 50 OC; UMIDADE DE OPERAÇÃO: INFERIOR A 80% UR; ALIMENTAÇÃO: BATERIA DE 09V, TIPO ALCALINA OU ADAPTADOR 09V, COM CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO RBC P/MULTÍMETRO EM RESISTÊNCIA CORRENTE. GARANTIA: MÍNIMO DE 06 MESES
----	-----	--------	--

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades informadas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) serão suficientes para atender as demandas pelo período de 12 meses, tomando como parâmetro os quantitativos estimados nas IRPs 24/2024, combinado com o histórico de consumo nos últimos exercícios.

ITEM	UND	CÓDIGO CATMAT	DISCRIMINAÇÃO DE MATERIAL	QUANT. TOTAL
1	UND	429324	ALICATE WATTÍMETRO DIGITAL ESPECIFICAÇÕES: GARRA ALICATE AC; DISPLAY LCD 4 DÍGITOS, CONTAGEM 10000 COM ILUMINAÇÃO; TRUE RMS AC; POTÊNCIA ATIVA (1KW/10KW/ 100KW/600KW (AC); POTÊNCIA APARENTE(1KVA/10KVA/100KVA/600KVA (AC)); POTÊNCIA REATIVA (1KVAR/ 10VAR 100VAR /600VAR (AC); ENERGIA ATIVA (100TWH (AC)); FATOR DE POTÊNCIA (0,10~0,99); DISTORÇÃO HARMÔNICA TOTAL (0~450% THD-F); CORRENTE AC (40/400 /1000A); TENSÃO DC(600V); TENSÃO AC(600V); FREQUÊNCIA (5HZ~500HZ); ABERTURA DE GARRA (45MM); DIÂMETRO DO CONDUTOR (45MM); PRECISÃO BÁSICA (0,5%); CATEGORIA DE SEGURANÇA DE ACORDO COM O CAT III 600V) E CATEGORIA DE INSTALAÇÃO SEMELHANTE AO TIPO III 600V, COMO DETERMINADO PELA NORMA DE SEGURANÇA NR-10. GARANTIA: 12 MESES	4
2	UND	273159	BALANÇA ANALÍTICA, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CAPACIDADE: 220 G, RESOLUÇÃO: 0,10 MG, LARGURA: 245 MM, ALTURA: 344 MM, PROFUNDIDADE: 321 MM, DIÂMETRO PRATO: 80 MM, TIPO PAINEL: DIGITAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CALIBRAÇÃO INTERNA. ALIMENTAÇÃO 220V OU BIVOLT. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE 12 MESES.	15
			BALANÇA COMERCIAL CAPACIDADE: 10 KG ALIMENTAÇÃO: FONTE AUTOMÁTICA "FULL RANGE" EXTERNA. ENTRADA: 90 - 250VAC, 50 /60HZ E SAÍDA 9V/1,5A PRATO: PRATO DE PESAGEM DE AÇO INO - XIDÁVEL ESPELHADO. DIMENSÕES GABINETE: 37L X 37P X 12A CM / PRATO: 37LX28P CM. GABINETE: EM PLÁSTICO	

3	UND	254170	<p>ABS INJETADO. FUNÇÕES DO TECLADO: NÚMEROS DE “0” A “9”, LIGA/DESLIGA, TARA (MÁX 20% DA CAPACIDADE MÁXIMA), IMPRESSÃO, DATA, LIMPA, CÓDIGO E PROG. PÉS ANTIDERRAPANTES EM BORRACHA SINTÉTICA. DIVISÕES PAINEL: 2 G GARANTIA: 1,5 ANOS CONTRA QUAISQUER DEFEITOS DE MATERIAIS E /OU FABRICAÇÃO. GARANTIA: DEVE SER APRESENTADO O CERTIFICADO DE GARANTIA COMPLETA COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ACEITAÇÃO DO EQUIPAMENTO, ENTENDENDO-SE POR ACEITAÇÃO A ETAPA QUE SE SUCEDE A ENTREGA DO EQUIPAMENTO E QUE SE CARACTERIZA PELA REALIZAÇÃO DOS TESTES PRECONIZADOS NOS MANUAIS DE OPERAÇÃO E DE SERVIÇO, COMPROVANDO QUE O EQUIPAMENTO ESTÁ OPERANDO DENTRO DE SUAS CONDIÇÕES DE NORMALIDADE. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: DEVEM SER ASSEGURADOS OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PRESTADA DIRETAMENTE PELO FABRICANTE, SEU REPRESENTANTE OU EMPRESA AUTORIZADA, NO ESTADO DA PARAÍBA (A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INDICADA, QUANDO NÃO FOR A PRÓPRIA FABRICANTE, DEVE TER CAPACITAÇÃO COMPROVADA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO OFERTADO E SEGUIR TODAS AS NORMAS APLICÁVEIS A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO OFERTADO), MANTENDO-SE PARA ISSO A PERIODICIDADE DE ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA QUE É RECOMENDADO NOS MANUAIS DE OPERAÇÃO E DE SERVIÇO DO FABRICANTE MARCA REFERÊNCIA: BALMAK.</p>	7
4	UND	271865	<p>BALANÇA ELETRÔNICA DE PRECISÃO: CARGA MÁXIMA 2200 GRAMAS. SENSIBILIDADE E REPRODUTIBILIDADE DE 0,01G. COM MICROPROCESSADOR POSSUI TARA SUBTRATIVA, MOSTRADOR DIGITAL DE CRISTAL LÍQUIDO, INDICADOR DE ESTABILIDADE DE LEITURA. GARANTIA DE 12 MESES.</p>	11
5	UND	261903	<p>BALANÇA ELETRÔNICA, CAPACIDADE PESAGEM: 30 KG, VOLTAGEM: 220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALTA SENSIBILIDADE, PRATO EM AÇO INOXIDÁVEL, NÍVEL. TIPO PAINEL: LCD, PESO LÍQUIDO: 13 KG</p>	9
			<p>FASÍMETRO DIGITAL. TIPO: PORTÁTIL; TENSÃO DE OPERAÇÃO: 40V ~ 690V AC, TRIFÁSICO; FAIXA DE FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 15HZ ~400HZ; AMBIENTE: OPERAÇÃO: 0°C A 40°C RH<70%; GRAU DE POLUIÇÃO: 2; CATEGORIA DE SEGURANÇA: CAT III 600V / CAT IV 300V;</p>	

6	UND	274941	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DISPLAY LCD, INDICADORES LED P/ SEQUÊNCIA TRIFÁSICA, PESO MÉDIO DE 130G, DIMENSÃO MÉDIA DE 130 (A)X69(L)X32(P)MM E ÍNDICE DE PROTEÇÃO IP40. ACESSÓRIOS: PONTA DE PROVA (3 PEÇAS), GARRA JACARÉ (3 PEÇAS), BOLSA DE TRANSPORTE, MANUAL DE INSTRUÇÕES; GARANTIA: 12 MESES PELO FABRICANTE CONTRA DEFEITOS DE MATERIAL E FABRICAÇÃO. MODELO DE REFERÊNCIA OU SIMILAR: IGUAL OU DE QUALIDADE SUPERIOR AO MODELO HIKARI HFA-690.	3
7	UND	613361	MEDIDOR DE AMÔNIA (NH3). CARACTERÍSTICAS GERAIS: DETECTOR DE AMÔNIA (NH3) DIGITAL PORTÁTIL. MONITORA CONTINUAMENTE A CONCENTRAÇÃO DE AMÔNIA NO AMBIENTE E POSSUI ALERTA AO USUÁRIO QUANDO OS NÍVEIS EXCEDEM OS PONTOS DE AJUSTE DO EQUIPAMENTO. POSSUI SINALIZAÇÃO SONORA, VISUAL E VIBRAÇÃO. SENSOR DE GÁS E BATERIA SUBSTITUÍVEIS. REVESTIMENTO EM MATERIAL EMBORRACHADO. RESISTENTE À ÁGUA, POEIRA E EXPLOSÕES. FAIXA DE MEDIÇÃO: 0 A 100 PPM. TIPO DE SENSOR: ELETROQUÍMICO. EXATIDÃO: +- 5% FS. RESOLUÇÃO: 1 PPM. PRINCÍPIO DE AMOSTRAGEM: DIFUSÃO. ALARME: 4 TIPOS. SINALIZAÇÃO: SONORA (>90DB), VISUAL E VIBRATÓRIA. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -40 A 50 °C. ALIMENTAÇÃO: 3.6VDC 1.2A (MN14250 BATERIA DE LÍTIO). UMIDADE DE OPERAÇÃO: 5 A 95 %UR (SEM CONDENSAÇÃO). DIMENSÕES (LXAXP): 54 X 91 X 32 MM. ITENS INCLUSOS: – 1 TAMPA DE CALIBRAÇÃO – 1 CLIPE DE FIXAÇÃO – COM ALÇA (INSTALADO) – 1 MANUAL DE INSTRUÇÕES – 1 CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO RASTREÁVEL PARA DETECTOR DE AMÔNIA REQUISITOS: EM CONFORMIDADE COM INMETRO ABNT NBR IEC 60079-0. MARCA DE REFERÊNCIA OU SIMILAR: AKSO. OUTRAS MARCAS DEVERÃO APRESENTAR CATÁLOGOS DETALHADOS DO PRODUTO.	3
8	UND	274982	MEDIDOR DE VIBRAÇÕES: BALANCEADOR DINÂMICO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: LEITURA DIGITAL EM DISPLAY ALFANUMÉRICO E AS UNIDADES EM MM/S, MICRONS, “G” E RPM.; COMPATÍVEL COM A NORMA NBR 10082; BALANCEAMENTO DINÂMICO DE ROTORES NO LOCAL; CONTROLE DE ROLAMENTOS; VELOCIDADE DO TIPO RMS; INDICAÇÃO NO DISPLAY SEMELHANTE À TECLA HOLD E BATERIA 09 VOLTS. GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES	1
			MULTÍMETRO DIGITAL DISPLAY 4½ DÍGITOS; 50.000 CONTAGENS; MEDIÇÃO TRUE RMS, COM	

9	UND	276688	<p>FUNÇÃO DE CALIBRAÇÃO; FUNÇÃO DE MEDIÇÃO DE VOLTAGEM DC(RANGE DE 50MV E 1000V E RESPECTIVAMENTE AS RESOLUÇÕES DE 0,001MV A 0,1V SENDO A PRECISÃO DO RANGE DE 50MV DE 0,05 + 10 E A PRECISÃO DO RANGE DE 1000V DE (0,03+2); VOLTAGEM AC (RANGE RMS DE 50 COM RESOLUÇÃO DE 0,0001 MV E PRECISÃO DE 0,4% NA FAIXA DE 20 A 1KHZ ATÉ O RANGE DE 1000V COM A RESOLUÇÃO DE 0,1V); DCV +ACV; CORRENTE DC(DO RANGE DE 500 MICRO AMPERES E RESOLUÇÃO DE 0,01 MUCRO AMPERES E PRECISÃO DE 0,75% NA FAIXA DE 20 A 1KHZ) ATÉ 10 A (AMPERES) COM RESOLUÇÃO DE 0,001 A E PRECISÃO DE 1% NA FAIXA DE 20 A1KHZ, SENDO POSSÍVEL MEDIÇÕES DE ATÉ 5 KHZ); DCA +ACA; RESISTÊNCIA (COM RANGE DE 500OHM ATÉ 50M OHM; FREQUÊNCIA ; TEMPERATURA, CAPACITÂNCIA(RANGE DE 5NF ATÉ 50MF) DUTY CICLE(RANGE DE 10 A 90% E RESOLUÇÃO DE 1% TESTE DE DIODO; LOWPOWER RESISTANCE; MEDIÇÃO DE VOLTAGEM E CORRENTE AC DOS TIPOS COM DETECÇÃO DOS TIPOS RMS E MÉDIA ;FUNÇÕES ADICIONAIS DE DATA HOLD; TEMPERATURA DE OPERAÇÃO DE -20° A 55° GRAUS CELSIUS ;UMIDADE DE 80% OU MENOS (SEM CONDENSAÇÃO);ALIMENTAÇÃO DE 4 PILHAS AA;TEMPO DE BATERIA DE 120 HORAS (MEDINDO VOLTAGEM DC E COM PILHAS ALCALINAS); DIMENSÕES:90(W)X192(H)X49(D) MM; EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE SEGURANÇA EN61010-1,EN61010- 2,EN61010-031,1000 VCATIII,600VCAT IV, POSSUI FUSÍVEL DE 440 MA E OUTRO DE 10 A; PRECISÃO MÁXIMA DE MEDIÇÃO DE 0,020 % RDG+ 2DGT (TENSÃO DC); INCLUI - INTERFACE ÓTICA PARA COMUNICAÇÃO COM CABO USB - PAR DE PONTAS DE PROVA - SENSOR DE TEMPERATURA TIPO K PARA SUPERFÍCIES MODELO 90055B -20 A 250°C - CASE PARA MULTÍMETRO. GARANTIA: 03 ANOS PRESTADA PELO FABRICANTE</p>	19
10	UND	441523	<p>OSCIOSCÓPIO DIGITAL 100MHZ - COTA ME /EPP DE APROXIMADAMENTE 15% . ESPECIFICAÇÕES: 04 CANAIS-100MHZ, 4 CANAIS ANALÓGICOS. TELA WVGA DE 8,5 POLEGADAS E 1 MPTS DE MEMÓRIA. TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 200.000 FORMAS DE ONDA/S. , ENTRADA COM ACOPLAMENTO AC E DC ; TEMPO DE SUBIDA CALCULADO =< 3,5 NS; AJUSTES OU SISTEMA VERTICAL DE 1MV /DIVISÃO A 5V/DIVISÃO; AJUSTES OU SISTEMA HORIZONTAL DE 5NS/DIV PARA 50S/DIVISÃO; TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 100 A 240 VAC, POTÊNCIA MÁXIMA= 100W, TENSÃO MÁXIMA DE ENTRADA 135 VRMS; 190VPK. CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO. CD DE DOCUMENTAÇÃO. MENUS DA INTERFACE DO USUÁRIO EM</p>	1

			DIVERSOS IDIOMAS, INCLUINDO PORTUGUÊS. CABO DE ALIMENTAÇÃO LOCAL. CONECTIVIDADE: NO MÍNIMO UMA PORTA USB PARA ARMAZENAMENTO EM FLASH DRIVE NO PAINEL FRONTAL, UMA PORTA USB PARA ARMAZENAMENTO EM FLASH DRIVE NO PAINEL TRASEIRO E UMA PORTA USB PARA CONECTIVIDADE COM PC NO PAINEL TRASEIRO. GERADOR DE FUNÇÃO EMBUTIDO DE PELO MENOS DE 20MHZ. CAPACIDADE DE CONEXÃO POR LAN; INTERFACE DE REDE 10/100 OU SUPERIOR. GARANTIA: 05 ANOS	
11	UND	441523	OSCIOSCÓPIO DIGITAL 100MHZ ESPECIFICAÇÕES: 04 CANAIS-100MHZ, 4 CANAIS ANALÓGICOS. TELA WVGA DE 8,5 POLEGADAS E 1 MPTS DE MEMÓRIA. TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 200.000 FORMAS DE ONDA/S. , ENTRADA COM ACOPLAMENTO AC E DC ; TEMPO DE SUBIDA CALCULADO =< 3,5 NS; AJUSTES OU SISTEMA VERTICAL DE 1MV/DIVISÃO A 5V/DIVISÃO; AJUSTES OU SISTEMA HORIZONTAL DE 5NS/DIV PARA 50S/DIVISÃO; TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 100 A 240 VAC, POTÊNCIA MÁXIMA= 100W, TENSÃO MÁXIMA DE ENTRADA 135 VRMS; 190VPK. CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO. CD DE DOCUMENTAÇÃO. MENUS DA INTERFACE DO USUÁRIO EM DIVERSOS IDIOMAS, INCLUINDO PORTUGUÊS. CABO DE ALIMENTAÇÃO LOCAL. CONECTIVIDADE: NO MÍNIMO UMA PORTA USB PARA ARMAZENAMENTO EM FLASH DRIVE NO PAINEL FRONTAL, UMA PORTA USB PARA ARMAZENAMENTO EM FLASH DRIVE NO PAINEL TRASEIRO E UMA PORTA USB PARA CONECTIVIDADE COM PC NO PAINEL TRASEIRO. GERADOR DE FUNÇÃO EMBUTIDO DE PELO MENOS DE 20MHZ. CAPACIDADE DE CONEXÃO POR LAN; INTERFACE DE REDE 10/100 OU SUPERIOR. GARANTIA: 05 ANOS	8
12	UND	601020	PAQUÍMETRO DIGITAL MATERIAL: PONTAS METAL DURO RESOLUÇÃO: 0,01 MM PRECISÃO: +/- 0,02 MM LEITURA: 7,5 MM APLICAÇÃO: MEDIÇÃO EXTERNA/INTERNA PROFUNDIDADE E RES - SALTOS ALIMENTAÇÃO: BATERIA 1,50 V CAPACIDADE: 300 MM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BOTÃO ZERAGEM. GARANTIA: DEVE SER APRESENTADO O CERTIFICADO DE GARANTIA COMPLETA COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ACEITAÇÃO DO EQUIPAMENTO, ENTENDENDO - SE POR ACEITAÇÃO A ETAPA QUE SE SUCEDE A ENTREGA DO EQUIPAMENTO E QUE SE CARACTERIZA PELA REALIZAÇÃO DOS TESTES PRECONIZADOS NOS MANUAIS DE OPERAÇÃO E DE SERVIÇO, COMPROVANDO QUE O EQUIPAMENTO ESTÁ OPERANDO DENTRO DE SUAS CONDIÇÕES DE NORMALIDADE. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: DEVEM SER	22

			ASSEGURADOS OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PRESTADA DIRETAMENTE PELO FABRICANTE, SEU REPRESENTANTE OU EMPRESA AUTORIZADA, NO ESTADO DA PARAÍBA (A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INDICADA, QUANDO NÃO FOR A PRÓPRIA FABRICANTE, DEVE TER CAPACITAÇÃO COMPROVADA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO OFERTADO E SEGUIR TODAS AS NORMAS APLICÁVEIS A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO OFERTADO), MANTENDO-SE PARA ISSO A PERIODICIDADE DE ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA QUE É RECOMENDADO NOS MANUAIS DE OPERAÇÃO E DE SERVIÇO DO FABRICANTE.	
13	UND	276040	PONTA DE PROVA DIFERENCIAL ESPECIFICAÇÕES: ALTA TENSÃO DE 25MHZ; ATENUAÇÃO: 10:1 OU 100:1; MEDIDOR DE TENSÕES DE ATÉ 700V EM MODO 100:1; COMPATÍVEL COM QUALQUER OSCILOSCÓPIO COM ENTRADA BNC DE 1 M; ACESSÓRIOS: DUAS PONTAS RETRÁTEIS EM FORMATO DE GANCHO E DOIS CLIPES JACARÉ. GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES	2
14	UND	602165	SISTEMA GLOBAL DE POSICIONAMENTO – GLOBAL - DISPLAY: 2,2 COM LEITURA EM INTENSIDADE LUZ SOLAR, TIPO: DIGITAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM 01 SLOT CARTÃO MICROSD, CABO USB-MINI, RESOLUÇÃO: 240 X 320 PIXELS, MEMÓRIA: 8, PADRÃO: SISTEMA DE SATÉLITE: GPS E GLONASS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: DIMENSÕES FÍSICAS: 6,1 X 16,0 X 3,6 CM TAMANHO DO ECRÃ, LXA: 3,6 X 5,5 CM; DIAGONAL DE 2,6 POL. (6,6 CM) RESOLUÇÃO DO ECRÃ, LXA: 160 X 240 PIXELS TIPO DE ECRÃ: TFT TRANSFLETIVO DE 65 MIL CORES PESO: 217 G COM PILHAS BATERIA: 2 PILHAS AA (NÃO INCLUÍDAS); RECOMENDAMOS PILHAS DE LÍTIO OU NIMH VIDA ÚTIL DA BATERIA: 16 HORAS CLASSIFICAÇÃO NA ÁGUA: IPX7 INTERFACE: COMPATÍVEL COM MINI USB DE ALTA VELOCIDADE E NMEA 0183 CONECTIVIDADE SEM FIOS: SIM - BLUETOOTH®, ANT+® MEMÓRIA /HISTORIAL: 16 GB (O ESPAÇO DO UTILIZADOR VARIA CONSOANTE O MAPA INCLUÍDO) MAPAS PRÉ -CARREGADOS: SIM (TOPOACTIVE; NAVEGÁVEIS) CAPACIDADE DE ADICIONAR MAPAS: SIM MAPA DE BASE: SIM CÁLCULO DE ROTA AUTOMÁTICO (ROTAS DE CURVA A CURVA NAS RUAS): SIM SEGMENTOS DO MAPA: 3000 BIRDSEYE: 250 FICHEIROS DE IMAGENS BIRDSEYE INCLUI CARACTERÍSTICAS HIDROGRÁFICAS DETALHADAS (LINHAS COSTEIRAS, LAGOS/RIOS, PÂNTANOS E	1

			<p>NASCENTES PERENES E SAZONAIS): SIM INCLUI PESQUISAS DE PONTOS DE INTERESSE (PARQUES, PARQUES DE CAMPISMO, PARQUES DE MERENDAS E MIRADOUROS): SIM APRESENTA PARQUES NACIONAIS, ESTATAIS E LOCAIS, FLORESTAS E ZONAS DE RESERVA: SIM CAPACIDADE DE ENERGIA E ARMAZENAMENTO: SIM (CARTÃO MICROSD™ DE 32 GB NO MÁXIMO) PONTOS DE PASSAGEM /FAVORITOS/LOCAIS: 5000 TRAJETOS: 200 REGISTO DE TRAJETOS: 10000 PONTOS, 200 TRAJETOS GUARDADOS ROTAS: 200, 250 PONTOS POR ROTA; ROTAS AUTOMÁTICAS DE 50 PONTOS RECEPTOR DE ALTA SENSIBILIDADE: SIM GPS, GLONASS, GALILEO, QZSS: SIM ALTÍMETRO BAROMÉTRICO: SIM BÚSSOLA: SIM (COMPENSAÇÃO DE INCLINAÇÃO, 3 EIXOS) BÚSSOLA GPS (EM MOVIMENTO): SIM FREQUÊNCIA MULTIBANDA: SIM NAVEGAÇÃO DE ROTA ATIVA: SIM CÁLCULO DE ÁREAS: SIM CALENDÁRIO DE CAÇA/PESCA: SIM INFORMAÇÕES DE SOL E LUA: SIM CONCEBIDO PARA GEOCACHING: SIM (SEM PAPEL) COMPATÍVEL COM PERSONALIZAÇÃO DE MAPAS: SIM (500 MOSAICOS DE MAPA PERSONALIZADOS) VISUALIZADOR DE IMAGENS: SIM</p>	
15	UND	434296	<p>TERMOHIGRÔMETRO. TIPO: DIGITAL, REGISTRO DE MÁXIMAS (MAX) E MÍNIMAS (MIN), SELEÇÃO DA UNIDADE DE MEDIÇÃO °C / °F, SELEÇÃO DO FORMATO DE HORÁRIO (12/24H), RELÓGIO / ALARME / CALENDÁRIO, INDICAÇÃO DO NÍVEL DE CARGA DAS PILHAS, SUPORTE PARA USO SOBRE A MESA E ORIFÍCIO PARA USO PRESO NA PAREDE. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FAIXA DE MEDIÇÃO: TEMPERATURA INTERNA (IN): -10 A 50°C; TEMPERATURA EXTERNA (OUT): -50 A 70°C; UMIDADE: 10 A 99%UR RESOLUÇÃO: TEMPERATURA: 0.1°C / UMIDADE: 1% UR EXATIDÃO: TEMPERATURA: ±1°C; UMIDADE: ±5% UR TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -10 A 50°C UMIDADE DE OPERAÇÃO: 10 A 100% UR (SEM CONDENSAÇÃO) ALIMENTAÇÃO: 1,5V (1PILHA AAA) COMPRIMENTO DO CABO (SENSOR EXTERNO): 1,5 M DIMENSÕES (L X A X P): 98 X 106 X 23 MM PESO: 140 G FORNECIDO: 1 PILHA AAA; MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS GARANTIA: 01 ANO OS FORNECEDORES DEVERÃO APRESENTAR CATÁLOGOS DETALHADOS DO PRODUTO.</p>	43
			<p>TRENA ELETRÔNICA TIPO: ELETRÔNICA DIGITAL, MÉTODO DE MEDIÇÃO: A LASER, ALCANCE: 40, TIPO VISOR: CRISTAL LÍQUIDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MEDIÇÃO DE DISTÂNCIA, CÁLCULO DE ÁREA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: IP 54 DÍODO LASER</p>	

16	UND	460781	635 NM, < 1 MW FAIXA DE MEDIÇÃO 0,15 – 40,00 M TEMPO DE MEDIÇÃO, TÍPICO < 0,5 S CLASSE DE LASER 2 PRECISÃO DE MEDIÇÃO, TÍPICA ± 1,5 MM TEMPO DE MEDIÇÃO MÁX. 4 S ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 2 X 1,5 V LR03 (AAA) DISPOSITIVO DE DESCONEXÃO AUTOMÁTICA 5 MIN UNIDADES DE MEDIÇÃO M/CM, PÉS /POLEGADA CAPACIDADE DA MEMÓRIA (VALORES) 10 COR LASER VERMELHO FAIXA DE MEDIÇÃO, ATÉ 40 M	20
17	UND	267707	WATTÍMETRO DIGITAL TRUE RMS ESPECIFICAÇÕES: DISPLAY LCD DUPLO DE 4 DÍGITOS; FAIXA DE MEDIÇÃO: 1W A 6000W; MEDIÇÃO DE TENSÃO ALTERNADA (VAC) 0,1V A 600,0V – PRECISÃO +/- 0,3% +0,03 A; MEDIÇÃO DE CORRENTE ALTERNADA (ACA): FAIXA DE MEDIÇÃO 0,01 A 10 A; MEDIÇÃO RMS EM TEMPO REAL ACV/ACA; RETENÇÃO DE DADOS CONGELA A LEITURA DO MOSTRADOR (HOLD); SAÍDA DE DADOS PARA O PC; INDICADOR DE BATERIA FRACA; LUZ DE FUNDO VERDE DE FÁCIL LEITURA, CIRCUITO LSI, AJUSTES DE ZERO AUTOMÁTICO .INDICADOR SOBRE ESCALA; TEMPO DE AMOSTRAGEM: APROXIMADAMENTE 01S; ALIMENTAÇÃO DE BATERIA TIPO: 09 V; TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0 OC A 50 OC; UMIDADE DE OPERAÇÃO: INFERIOR A 80% UR; ALIMENTAÇÃO: BATERIA DE 09V, TIPO ALCALINA OU ADAPTADOR 09V, COM CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO RBC P /MULTÍMETRO EM RESISTÊNCIA CORRENTE. GARANTIA: MÍNIMO DE 06 MESES	3

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 425.739,30

Para a estimativa dos preços referenciais da contratação, foi utilizada como parâmetros as disposições contidas na Instrução Normativa SEGES/ME N° 73/2020. A pesquisa de preço foi realizada utilizando-se como parâmetro, o inciso I do Artigo 5°, em conformidade com as disposições do supracitado normativo, para obtenção do preço de referência. Foi utilizado como método para obtenção do preço estimado a média dos valores obtidos na pesquisa de preços, da qual incidiu sobre um conjunto de três ou mais preços de acordo com o art. 6° da referida instrução normativa. Na pesquisa de preços, foram observadas, também, as condições comerciais praticadas no mercado local e regional, incluindo prazos e locais de entrega, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso. O custo estimado da contratação é de R\$425.739,30 (quatrocentos e vinte e cinco mil, setecentos e trinta e nove reais e trinta centavos) e encontra-se pormenorizado em planilha demonstrativa de preços unitários e totais, conforme tabela abaixo:

ITEM	UND	CÓDIGO CATMAT	DISCRIMINAÇÃO DE MATERIAL	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL UNITÁRIO	QUANT. TOTAL	
			ALICATE WATTÍMETRO DIGITAL ESPECIFICAÇÕES:			

1	UND	429324	<p>GARRA ALICATE AC; DISPLAY LCD 4 DÍGITOS, CONTAGEM 10000 COM ILUMINAÇÃO; TRUE RMS AC; POTÊNCIA ATIVA (1KW/10KW/100KW/600KW (AC); POTÊNCIA; APARENTE (1KVA/10KVA/100KVA /600KVA (AC)); POTÊNCIA REATIVA (1KVAR/ 10VAR 100VAR /600VAR (AC); ENERGIA ATIVA (100TWH (AC)); FATOR DE POTÊNCIA (0,10~0,99); DISTORÇÃO HARMÔNICA TOTAL (0~45% THD-F); CORRENTE AC (40/400 /1000A); TENSÃO DC (600V); TENSÃO AC (600V); FREQUÊNCIA (5HZ~500HZ); ABERTURA DE GARRA (45MM); DIÂMETRO DO CONDUTOR (45MM); PRECISÃO BÁSICA (0,5%); CATEGORIA DE SEGURANÇA DE ACORDO COM O CAT III 600V) E CATEGORIA DE INSTALAÇÃO SEMELHANTE AO TIPO III 600V, COMO DETERMINADO PELA NORMA DE SEGURANÇA NR-10. GARANTIA: 12 MESES</p>	R\$ 2.291,79	4
2	UND	273159	<p>BALANÇA ANALÍTICA, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CAPACIDADE: 220 G, RESOLUÇÃO: 0,10 MG, LARGURA: 245 MM, ALTURA: 344 MM, PROFUNDIDADE: 321 MM, DIÂMETRO PRATO: 80 MM, TIPO PAINEL: DIGITAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CALIBRAÇÃO INTERNA. ALIMENTAÇÃO 220V OU BIVOLT.</p>	R\$ 5.630,00	15

			<p>GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE 12 MESES.</p>		
3	UND	254170	<p>BALANÇA COMERCIAL CAPACIDADE: 10 KG ALIMENTAÇÃO: FONTE AUTOMÁTICA “FULL RANGE” EXTERNA. ENTRADA: 90 - 250VAC, 50/60HZ E SAÍDA 9V/1,5A PRATO: PRATO DE PESAGEM DE AÇO INO - XIDÁVEL ESPELHADO. DIMENSÕES GABINETE: 37L X 37P X 12A CM / PRATO: 37LX28P CM. GABINETE: EM PLÁSTICO ABS INJETADO. FUNÇÕES DO TECLADO: NÚMEROS DE “0” A “9”, LIGA/DESLIGA, TARA (MÁX 20% DA CAPACIDADE MÁXIMA), IMPRESSÃO, DATA, LIMPA, CÓDIGO E PROG. PÉS ANTIDERRAPANTES EM BORRACHA SINTÉTICA. DIVISÕES PAINEL: 2 G GARANTIA: 1,5 ANOS CONTRA QUAISQUER DEFEITOS DE MATERIAIS E/OU FABRICAÇÃO. GARANTIA: DEVE SER APRESENTADO O CERTIFICADO DE GARANTIA COMPLETA COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ACEITAÇÃO DO EQUIPAMENTO, ENTENDENDO-SE POR ACEITAÇÃO A ETAPA QUE SE SUCEDE A ENTREGA DO EQUIPAMENTO E QUE SE CARACTERIZA PELA REALIZAÇÃO DOS TESTES PRECONIZADOS NOS</p>	R\$ 633,60	7

			<p>MANUAIS DE OPERAÇÃO E DE SERVIÇO, COMPROVANDO QUE O EQUIPAMENTO ESTÁ OPERANDO DENTRO DE SUAS CONDIÇÕES DE NORMALIDADE. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: DEVEM SER ASSEGURADOS OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PRESTADA DIRETAMENTE PELO FABRICANTE, SEU REPRESENTANTE OU EMPRESA AUTORIZADA, NO ESTADO DA PARAÍBA (A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INDICADA, QUANDO NÃO FOR A PRÓPRIA FABRICANTE, DEVE TER CAPACITAÇÃO COMPROVADA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO OFERTADO E SEGUIR TODAS AS NORMAS APLICÁVEIS A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO OFERTADO), MANTENDO-SE PARA ISSO A PERIODICIDADE DE ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA QUE É RECOMENDADO NOS MANUAIS DE OPERAÇÃO E DE SERVIÇO DO FABRICANTE MARCA REFERÊNCIA: BALMAK.</p>			
4	UND	271865	<p>BALANÇA ELETRÔNICA DE PRECISÃO: CARGA MÁXIMA 2200 GRAMAS. SENSIBILIDADE E REPRODUTIBILIDADE DE 0,01G. COM MICROPROCESSADOR</p>	R\$ 2.179,67	11	

			POSSUI TARA SUBTRATIVA, MOSTRADOR DIGITAL DE CRISTAL LÍQUIDO, INDICADOR DE ESTABILIDADE DE LEITURA. GARANTIA DE 12 MESES.			
5	UND	261903	BALANÇA ELETRÔNICA, CAPACIDADE PESAGEM: 30 KG, VOLTAGEM: 220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALTA SENSIBILIDADE, PRATO EM AÇO INOXIDÁVEL, NÍVEL. TIPO PAINEL: LCD, PESO LÍQUIDO: 13 KG	R\$ 772,47	9	
6	UND	274941	FASÍMETRO DIGITAL. TIPO: PORTÁTIL; TENSÃO DE OPERAÇÃO: 40V ~ 690V AC, TRIFÁSICO; FAIXA DE FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 15HZ ~400HZ; AMBIENTE: OPERAÇÃO: 0°C A 40°C RH<70%; GRAU DE POLUIÇÃO: 2; CATEGORIA DE SEGURANÇA: CAT III 600V / CAT IV 300V; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DISPLAY LCD, INDICADORES LED P/ SEQUÊNCIA TRIFÁSICA, PESO MÉDIO DE 130G, DIMENSÃO MÉDIA DE 130(A)X69(L)X32(P)MM E ÍNDICE DE PROTEÇÃO IP40. ACESSÓRIOS: PONTA DE PROVA (3 PEÇAS), GARRA JACARÉ (3 PEÇAS), BOLSA DE TRANSPORTE, MANUAL DE INSTRUÇÕES; GARANTIA: 12 MESES PELO FABRICANTE CONTRA DEFEITOS DE MATERIAL E FABRICAÇÃO. MODELO DE	R\$ 436,09	3	

			<p>REFERÊNCIA OU SIMILAR: IGUAL OU DE QUALIDADE SUPERIOR AO MODELO HIKARI HFA-690.</p>		
7	UND	613361	<p>MEDIDOR DE AMÔNIA (NH3). CARACTERÍSTICAS GERAIS: DETECTOR DE AMÔNIA (NH3) DIGITAL PORTÁTIL. MONITORA CONTINUAMENTE A CONCENTRAÇÃO DE AMÔNIA NO AMBIENTE E POSSUI ALERTA AO USUÁRIO QUANDO OS NÍVEIS EXCEDEM OS PONTOS DE AJUSTE DO EQUIPAMENTO. POSSUI SINALIZAÇÃO SONORA, VISUAL E VIBRAÇÃO. SENSOR DE GÁS E BATERIA SUBSTITUÍVEIS. REVESTIMENTO EM MATERIAL EMBORRACHADO. RESISTENTE À ÁGUA, POEIRA E EXPLOSÕES. FAIXA DE MEDIÇÃO: 0 A 100 PPM. TIPO DE SENSOR: ELETROQUÍMICO. EXATIDÃO: +- 5% FS. RESOLUÇÃO: 1 PPM. PRINCÍPIO DE AMOSTRAGEM: DIFUSÃO. ALARME: 4 TIPOS. SINALIZAÇÃO: SONORA (>90DB), VISUAL E VIBRATÓRIA. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -40 A 50 ° C. ALIMENTAÇÃO: 3.6 VDC 1.2A (MN14250 BATERIA DE LÍTIO). UMIDADE DE OPERAÇÃO: 5 A 95 % UR (SEM CONDENSAÇÃO). DIMENSÕES (LXAXP): 54 X 91 X 32 MM. ITENS INCLUSOS: – 1</p>	R\$ 4.587,62	3

			<p>TAMPA DE CALIBRAÇÃO – 1 CLIPE DE FIXAÇÃO – COM ALÇA (INSTALADO) – 1 MANUAL DE INSTRUÇÕES – 1 CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO RASTREÁVEL PARA DETECTOR DE AMÔNIA REQUISITOS: EM CONFORMIDADE COM INMETRO ABNT NBR IEC 60079-0. MARCA DE REFERÊNCIA OU SIMILAR: AKSO. OUTRAS MARCAS DEVERÃO APRESENTAR CATÁLOGOS DETALHADOS DO PRODUTO.</p>		
8	UND	274982	<p>MEDIDOR DE VIBRAÇÕES: BALANCEADOR DINÂMICO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: LEITURA DIGITAL EM DISPLAY ALFANUMÉRICO E AS UNIDADES EM MM/S, MICRONS, “G” E RPM.; COMPATÍVEL COM A NORMA NBR 10082; BALANCEAMENTO DINÂMICO DE ROTORES NO LOCAL; CONTROLE DE ROLAMENTOS; VELOCIDADE DO TIPO RMS; INDICAÇÃO NO DISPLAY SEMELHANTE À TECLA HOLD E BATERIA 09 VOLTS. GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES</p>	R\$ 4.229,87	1
			<p>MULTÍMETRO DIGITAL DISPLAY 4½ DÍGITOS; 50.000 CONTAGENS; MEDIÇÃO TRUE RMS, COM FUNÇÃO DE CALIBRAÇÃO; FUNÇÃO DE MEDIÇÃO DE VOLTAGEM DC(</p>		

9	UND	276688	<p>RANGE DE 50MV E 1000V E RESPECTIVAMENTE AS RESOLUÇÕES DE 0,001MV A 0,1V SENDO A PRECISÃO DO RANGE DE 50MV DE 0,05 + 10 E A PRECISÃO DO RANGE DE 1000V DE (0,03+2); VOLTAGEM AC (RANGE RMS DE 50 COM RESOLUÇÃO DE 0,0001MV E PRECISÃO DE 0,4% NA FAIXA DE 20 A 1KHZ ATÉ O RANGE DE 1000V COM A RESOLUÇÃO DE 0,1V); DCV +ACV; CORRENTE DC(DO RANGE DE 500 MICRO AMPERES E RESOLUÇÃO DE 0,01 MUCRO AMPERES E PRECISÃO DE 0,75% NA FAIXA DE 20 A 1KHZ) ATÉ 10 A (AMPERES) COM RESOLUÇÃO DE 0,001 A E PRECISÃO DE 1% NA FAIXA DE 20 A1KHZ, SENDO POSSÍVEL MEDIÇÕES DE ATÉ 5 KHZ); DCA +ACA; RESISTÊNCIA (COM RANGE DE 500OHM ATÉ 50M OHM; FREQUÊNCIA ; TEMPERATURA, CAPACITÂNCIA (RANGE DE 5NF ATÉ 50MF) DUTY CICLE (RANGE DE 10 A 90% E RESOLUÇÃO DE 1% TESTE DE DIODO; LOWPOWER RESISTANCE; MEDIÇÃO DE VOLTAGEM E CORRENTE AC DOS TIPOS COM DETECÇÃO DOS TIPOS RMS E MÉDIA ;FUNÇÕES ADICIONAIS DE DATA HOLD; TEMPERATURA DE OPERAÇÃO DE -20° A 55° GRAUS CELSIUS ; UMIDADE DE 80% OU</p>	R\$ 1.939,97	19	
---	-----	--------	--	--------------	----	--

		<p>MENOS (SEM CONDENSAÇÃO); ALIMENTAÇÃO DE 4 PILHAS AA; TEMPO DE BATERIA DE 120 HORAS (MEDINDO VOLTAGEM DC E COM PILHAS ALCALINAS); DIMENSÕES: 90(W)X192(H)X49(D) MM; EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE SEGURANÇA EN61010-1, EN61010-2, EN61010-031, 1000 VCAT III, 600 VCAT IV, POSSUI FUSÍVEL DE 440 MA E OUTRO DE 10 A; PRECISÃO MÁXIMA DE MEDIÇÃO DE 0,020 % RDG+ 2DGT (TENSÃO DC); INCLUI - INTERFACE ÓTICA PARA COMUNICAÇÃO COM CABO USB - PAR DE PONTAS DE PROVA - SENSOR DE TEMPERATURA TIPO K PARA SUPERFÍCIES MODELO 90055B -20 A 250°C - CASE PARA MULTÍMETRO. GARANTIA: 03 ANOS PRESTADA PELO FABRICANTE</p>			
		<p>OSCIOSCÓPIO DIGITAL 100MHZ - COTA ME/EPP DE APROXIMADAMENTE 15 %. ESPECIFICAÇÕES: 04 CANAIS-100MHZ, 4 CANAIS ANALÓGICOS. TELA WVGA DE 8,5 POLEGADAS E 1 MPTS DE MEMÓRIA. TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 200.000 FORMAS DE ONDA/S. , ENTRADA COM ACOPLAMENTO AC E DC ; TEMPO DE SUBIDA CALCULADO =< 3,5 NS; AJUSTES OU SISTEMA VERTICAL DE 1MV/DIVISÃO A 5V /DIVISÃO; AJUSTES OU SISTEMA</p>			

10	UND	441523	<p>HORIZONTAL DE 5NS /DIV PARA 50S /DIVISÃO; TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 100 A 240 VAC, POTÊNCIA MÁXIMA= 100W, TENSÃO MÁXIMA DE ENTRADA 135 VRMS; 190VPK. CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO. CD DE DOCUMENTAÇÃO. MENUS DA INTERFACE DO USUÁRIO EM DIVERSOS IDIOMAS, INCLUINDO PORTUGUÊS. CABO DE ALIMENTAÇÃO LOCAL. CONECTIVIDADE: NO MÍNIMO UMA PORTA USB PARA ARMAZENAMENTO EM FLASH DRIVE NO PAINEL FRONTAL, UMA PORTA USB PARA ARMAZENAMENTO EM FLASH DRIVE NO PAINEL TRASEIRO E UMA PORTA USB PARA CONECTIVIDADE COM PC NO PAINEL TRASEIRO. GERADOR DE FUNÇÃO EMBUTIDO DE PELO MENOS DE 20MHZ. CAPACIDADE DE CONEXÃO POR LAN; INTERFACE DE REDE 10/100 OU SUPERIOR. GARANTIA: 05 ANOS</p>	R\$ 21.505,46	1	
			<p>OSCILOSCÓPIO DIGITAL 100MHZ ESPECIFICAÇÕES: 04 CANAIS-100MHZ, 4 CANAIS ANALÓGICOS. TELA WVGA DE 8,5 POLEGADAS E 1 MPTS DE MEMÓRIA. TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 200.000 FORMAS DE ONDA/S. , ENTRADA COM ACOPLAMENTO AC E DC ; TEMPO DE SUBIDA CALCULADO</p>			

11	UND	441523	<p>=< 3,5 NS; AJUSTES OU SISTEMA VERTICAL DE 1MV/DIVISÃO A 5V /DIVISÃO; AJUSTES OU SISTEMA HORIZONTAL DE 5NS/DIV PARA 50S /DIVISÃO; TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 100 A 240 VAC, POTÊNCIA MÁXIMA= 100W, TENSÃO MÁXIMA DE ENTRADA 135 VRMS; 190VPK. CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO. CD DE DOCUMENTAÇÃO. MENUS DA INTERFACE DO USUÁRIO EM DIVERSOS IDIOMAS, INCLUINDO PORTUGUÊS. CABO DE ALIMENTAÇÃO LOCAL. CONECTIVIDADE: NO MÍNIMO UMA PORTA USB PARA ARMAZENAMENTO EM FLASH DRIVE NO PAINEL FRONTAL, UMA PORTA USB PARA ARMAZENAMENTO EM FLASH DRIVE NO PAINEL TRASEIRO E UMA PORTA USB PARA CONECTIVIDADE COM PC NO PAINEL TRASEIRO. GERADOR DE FUNÇÃO EMBUTIDO DE PELO MENOS DE 20MHZ. CAPACIDADE DE CONEXÃO POR LAN; INTERFACE DE REDE 10 /100 OU SUPERIOR. GARANTIA: 05 ANOS</p>	R\$ 21.505,46	8	
			<p>PAQUÍMETRO DIGITAL MATERIAL: PONTAS METAL DURO RESOLUÇÃO: 0,01 MM PRECISÃO: +/- 0,02 MM LEITURA: 7,5 MM APLICAÇÃO: MEDIÇÃO EXTERNA/INTERNA PROFUNDIDADE E RES - SALTOS ALIMENTAÇÃO: BATERIA 1,50 V CAPACIDADE: 300 MM</p>			

12	UND	601020	<p>CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BOTÃO ZERAGEM. GARANTIA: DEVE SER APRESENTADO O CERTIFICADO DE GARANTIA COMPLETA COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ACEITAÇÃO DO EQUIPAMENTO, ENTENDENDO -SE POR ACEITAÇÃO A ETAPA QUE SE SUCEDE A ENTREGA DO EQUIPAMENTO E QUE SE CARACTERIZA PELA REALIZAÇÃO DOS TESTES PRECONIZADOS NOS MANUAIS DE OPERAÇÃO E DE SERVIÇO, COMPROVANDO QUE O EQUIPAMENTO ESTÁ OPERANDO DENTRO DE SUAS CONDIÇÕES DE NORMALIDADE. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: DEVEM SER ASSEGURADOS OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PRESTADA DIRETAMENTE PELO FABRICANTE, SEU REPRESENTANTE OU EMPRESA AUTORIZADA, NO ESTADO DA PARAÍBA (A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INDICADA, QUANDO NÃO FOR A PRÓPRIA FABRICANTE, DEVE TER CAPACITAÇÃO COMPROVADA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO OFERTADO E SEGUIR TODAS AS NORMAS APLICÁVEIS A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO OFERTADO), MANTENDO-SE PARA</p>	R\$ 724,14	22	
----	-----	--------	--	------------	----	--

			<p>I S S O A PERIODICIDADE DE ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA QUE É RECOMENDADO NOS MANUAIS DE OPERAÇÃO E DE SERVIÇO DO FABRICANTE.</p>			
13	UND	276040	<p>PONTA DE PROVA DIFERENCIAL ESPECIFICAÇÕES: ALTA TENSÃO DE 25MHZ; ATENUAÇÃO: 10:1 OU 100:1; MEDIDOR DE TENSÕES DE ATÉ 700V EM MODO 100:1; COMPATÍVEL COM QUALQUER OSCILOSCÓPIO COM ENTRADA BNC DE 1 M; ACESSÓRIOS: DUAS PONTAS RETRÁTEIS EM FORMATO DE GANCHO E DOIS CLIPES JACARÉ. GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES</p>	R\$ 6.659,04	2	
			<p>SISTEMA GLOBAL DE POSICIONAMENTO – GLOBAL - DISPLAY: 2,2 COM LEITURA EM INTENSIDADE LUZ SOLAR, TIPO: DIGITAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM 01 SLOT CARTÃO MICROSD, CABO USB- MINI, RESOLUÇÃO: 240 X 320 PIXELS, MEMÓRIA: 8, PADRÃO: SISTEMA DE SATÉLITE: GPS E GLONASS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: DIMENSÕES FÍSICAS: 6,1 X 16,0 X 3,6 CM TAMANHO DO ECRÃ, LXA: 3,6 X 5,5 CM; DIAGONAL DE 2,6 POL. (6,6 CM) RESOLUÇÃO DO ECRÃ, LXA: 160 X 240 PIXELS TIPO DE ECRÃ: TFT</p>			

			<p>TRANSFLETIVO DE 65 MIL CORES PESO: 217 G COM PILHAS BATERIA: 2 PILHAS AA (NÃO INCLUÍDAS); RECOMENDAMOS PILHAS DE LÍTIO OU NIMH VIDA ÚTIL DA BATERIA: 16 HORAS CLASSIFICAÇÃO NA ÁGUA: IPX7 INTERFACE: COMPATÍVEL COM MINI USB DE ALTA VELOCIDADE E NMEA 0183 CONECTIVIDADE SEM FIOS: SIM - BLUETOOTH®, ANT+® MEMÓRIA/HISTORIAL: 16 GB (O ESPAÇO DO UTILIZADOR VARIA CONSOANTE O MAPA INCLUÍDO) MAPAS PRÉ-CARREGADOS: SIM (TOPOACTIVE; NAVEGÁVEIS) CAPACIDADE DE ADICIONAR MAPAS: SIM MAPA DE BASE: SIM CÁLCULO DE ROTA AUTOMÁTICO (ROTAS DE CURVA A CURVA NAS RUAS): SIM SEGMENTOS DO MAPA: 3000 BIRDSEYE: 250 FICHEIROS DE IMAGENS BIRDSEYE</p> <p>I N C L U I</p> <p>CARACTERÍSTICAS HIDROGRÁFICAS DETALHADAS (LINHAS COSTEIRAS, LAGOS /RIOS, PÂNTANOS E NASCENTES PERENES E SAZONAIS): SIM INCLUI PESQUISAS DE PONTOS DE INTERESSE (PARQUES, PARQUES DE CAMPISMO, PARQUES DE MERENDAS E MIRADOUROS): SIM APRESENTA PARQUES NACIONAIS, ESTATAIS E LOCAIS, FLORESTAS E ZONAS DE RESERVA: SIM CAPACIDADE DE</p>	<p>R\$ 2.847,63</p>	<p>1</p>	
<p>14</p>	<p>UND</p>	<p>602165</p>				

		<p>ENERGIA E ARMAZENAMENTO: SIM (CARTÃO MICROSD™ DE 32 GB NO MÁXIMO) PONTOS DE PASSAGEM /FAVORITOS/LOCAIS: 5000 TRAJETOS: 200 REGISTO DE TRAJETOS: 10000 PONTOS, 200 TRAJETOS GUARDADOS ROTAS: 200, 250 PONTOS POR ROTA; ROTAS AUTOMÁTICAS DE 50 PONTOS RECEPTOR DE ALTA SENSIBILIDADE: SIM GPS, GLONASS, GALILEO, QZSS: SIM ALTÍMETRO BAROMÉTRICO: SIM BÚSSOLA: SIM (COMPENSAÇÃO DE INCLINAÇÃO, 3 EIXOS) BÚSSOLA GPS (EM MOVIMENTO): SIM FREQUÊNCIA MULTIBANDA: SIM NAVEGAÇÃO DE ROTA ATIVA: SIM CÁLCULO DE ÁREAS: SIM CALENDÁRIO DE CAÇA /PESCA: SIM INFORMAÇÕES DE SOL E LUA: SIM CONCEBIDO PARA GEOCACHING: SIM (SEM PAPEL) COMPATÍVEL COM PERSONALIZAÇÃO DE MAPAS: SIM (500 MOSAICOS DE MAPA PERSONALIZADOS) VISUALIZADOR DE IMAGENS: SIM</p>			
		<p>TERMOHIGRÔMETRO. TIPO: DIGITAL, REGISTRO DE MÁXIMAS (MAX) E MÍNIMAS (MIN), SELEÇÃO DA UNIDADE DE MEDIÇÃO °C / °F, SELEÇÃO DO FORMATO DE HORÁRIO (12/24H), RELÓGIO / ALARME /</p>			

15	UND	434296	<p>CALENDÁRIO, INDICAÇÃO DO NÍVEL DE CARGA DAS PILHAS, SUPORTE PARA USO SOBRE A MESA E ORIFÍCIO PARA USO PRESO NA PAREDE.</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FAIXA DE MEDIÇÃO: TEMPERATURA INTERNA (IN): -10 A 50° C; TEMPERATURA EXTERNA (OUT): -50 A 70°C; UMIDADE: 10 A 99%UR RESOLUÇÃO: TEMPERATURA: 0.1°C / UMIDADE: 1% UR EXATIDÃO: TEMPERATURA: ±1°C; UMIDADE: ±5% UR TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -10 A 50°C UMIDADE DE OPERAÇÃO: 10 A 100% UR (SEM CONDENSAÇÃO) ALIMENTAÇÃO: 1,5V (1PILHA AAA) COMPRIMENTO DO CABO (SENSOR EXTERNO): 1,5 M DIMENSÕES (L X A X P): 98 X 106 X 23 MM PESO: 140 G FORNECIDO: 1 PILHA AAA; MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS GARANTIA: 01 ANO OS FORNECEDORES DEVERÃO APRESENTAR CATÁLOGOS DETALHADOS DO PRODUTO.</p>	R\$ 60,00	43	
			<p>TRENA ELETRÔNICA TIPO: ELETRÔNICA DIGITAL, MÉTODO DE MEDIÇÃO: A LASER, ALCANCE: 40, TIPO VISOR: CRISTAL LÍQUIDO, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: MEDIÇÃO DE DISTÂNCIA,</p>			

16	UND	460781	CÁLCULO DE ÁREA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: IP 54 DÍODO LASER 635 NM, < 1 MW FAIXA DE MEDIÇÃO 0,15 – 40,00 M TEMPO DE MEDIÇÃO, TÍPICO < 0,5 S CLASSE DE LASER 2 PRECISÃO DE MEDIÇÃO, TÍPICA ± 1,5 MM TEMPO DE MEDIÇÃO MÁX. 4 S ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 2 X 1,5 V LR03 (AAA) DISPOSITIVO DE DESCONEXÃO AUTOMÁTICA 5 MIN UNIDADES DE MEDIÇÃO M/CM, PÉS /POLEGADA CAPACIDADE DA MEMÓRIA (VALORES) 10 COR LASER VERMELHO FAIXA DE MEDIÇÃO, ATÉ 40 M	R\$ 261,50	20	

ITEM ↓↑	UND ▼	CÓDIGO CATMAT ▼
1	UND	429324
2	UND	273159
3	UND	254170
4	UND	271865
5	UND	261903
6	UND	274941

17	UND	267707	WATTÍMETRO DIGITAL TRUE RMS ESPECIFICAÇÕES: DISPLAY LCD DUPLO DE 4 DÍGITOS; FAIXA DE MEDIÇÃO: 1W A 6000W; MEDIÇÃO DE TENSÃO ALTERNADA (VAC) 0,1V A 600,0V – PRECISÃO +/- 0,3% +0,03 A; MEDIÇÃO DE CORRENTE ALTERNADA (ACA): FAIXA DE MEDIÇÃO 0,01 A 10 A; MEDIÇÃO RMS EM TEMPO REAL ACV/ACA; RETENÇÃO DE DADOS CONGELA A LEITURA DO MOSTRADOR (HOLD); SAÍDA DE DADOS PARA O PC; INDICADOR DE BATERIA FRACA; LUZ DE FUNDO VERDE DE FÁCIL LEITURA, CIRCUITO LSI, AJUSTES DE ZERO AUTOMÁTICO . INDICADOR SOBRE ESCALA; TEMPO DE AMOSTRAGEM: APROXIMADAMENTE 01S; ALIMENTAÇÃO DE BATERIA TIPO: 09 V; TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0 OC A 50 OC; UMIDADE DE OPERAÇÃO: INFERIOR	R\$ 2.380,66	3	7	UND	613361
						8	UND	274982
						9	UND	276688

			A 80% UR; ALIMENTAÇÃO: BATERIA DE 09V, TIPO ALCALINA OU ADAPTADOR 09V, COM CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO RBC P /MULTÍMETRO EM RESISTÊNCIA CORRENTE. GARANTIA: MÍNIMO DE 06 MESES			10	UND	441523
						11	UND	441523
						12	UND	601020
						13	UND	276040

						14	UND	602165
						15	UND	434296
						16	UND	460781
						17	UND	267707

--	--	--	--	--	--	--	--	--

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Visando propiciar a ampla participação de fornecedores no certame, e mostrando-se não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, optou-se pelo julgamento do tipo menor preço por item.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens aqui solicitados foram incluídos no PGC 2023 e suas numerações correspondentes estão indicadas em cada Documento de Formalização de Demanda elaborado pelas unidades requisitantes.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição dos itens constantes neste ETP é fundamental para o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas da UFPB e almejamos os seguintes resultados:

- I) Proporcionar o bem-estar dos servidores, colaboradores e usuários dos serviços públicos da UFPB, com a manutenção de boas condições de trabalho e saúde;
- II) Aproveitamento de forma eficaz do local de trabalho;
- III) Aumento de credibilidade para a instituição entre os servidores, discentes, colaboradores terceirizados e usuários das dependências da UFPB.

13. Providências a serem Adotadas

Os setores onde serão manuseados os equipamentos já apresentam estrutura necessária para o seu recebimento, não sendo necessária a adequação do ambiente. Para os itens que serão entregues diretamente nas unidades, os servidores técnicos que estão previstos na equipe de apoio à licitação são indicados para recebimento e conferência do material.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A licitação para a aquisição destes itens deverá se pautar no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU. Deverão ser observados os aspectos listados na Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando o exposto neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME, a equipe de planejamento declara viável esta contratação, tendo em vista os benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, e que a solução escolhida é a que melhor atende às necessidades da Universidade Federal da Paraíba, possibilitando o alcance dos resultados pretendidos e promovendo a competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GILKALINE MEIRELES PEREIRA DE LUCENA

Assistente em Administração

MANOEL WELTON DA SILVA SANTOS

Administrador

GEISYANNE FERREIRA DA CRUZ MORAIS

Técnico em Contabilidade

ALTEMIR TOMAZ DE CARVALHO GARCIA

Técnico em Eletroeletrônica

ISAAC SOARES DE FREITAS

Docente

GABRIEL VIEIRA HOLANDA DE ALMEIDA

Assistente em Administração

ANGELA MARIA TRIBUZY DE MAGALHAES CORDEIRO

Docente

CACILDA CHAVES MORAIS DE LIMA

Docente

MARIA DE OLIVEIRA ALVES CAVALCANTI

Docente

MANUEL RUFINO DA SILVA NETO

Técnico em Prótese Dentária

YURI PERCY MOLINA RODRIGUEZ

Docente

JARDEL BESERRA DE ALMEIDA

Técnico em Contabilidade

SANDRO MARDEN TORRES

Docente

Emitido em 06/12/2024

TERMO Nº 01/2024 - PRA - SCOM (11.00.47.01)
(Nº do Documento: 1)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 06/12/2024 14:13)
LARYSSA BRILHANTE CATANDUBA
ASSESSOR(A)
2330689

(Assinado digitalmente em 06/12/2024 13:33)
LIVIA MACIEL GUIMARAES COSTA
ADMINISTRADOR
1722632

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **1**,
ano: **2024**, documento (espécie): **TERMO**, data de emissão: **06/12/2024** e o código de verificação: **86eb25b0e9**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



ANEXO II
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90022/2024

A Universidade Federal da Paraíba, com sede no Campus Universitário da cidade de João Pessoa, inscrito(a) no CGC/MF sob o nº 24.098.477/0001-10, neste ato representado(a) pelo Sr., Pró-Reitor de Administração, nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no DOU de de de, portador da matrícula siape nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 22/2024, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 23074.083186/2024-71, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do *edital de Licitação nº 90022/2024*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição..

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será UASG 153065 – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CAMPUS I

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto ~~no edital ou no aviso de contratação direta~~ e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos ~~no edital ou no aviso de contratação direta~~; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item Erro: Origem da referência não encontrada, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos ~~do edital ou do aviso de contratação direta~~, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a

conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as

condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade

participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

~~11.2. — No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.~~

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO



ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº 23074.083186/2024-71)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
 ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
 (A)
 E

Autarquia Universidade Federal da Paraíba por intermédio do(a) *Comissão Permanente de Licitação - CPL/PRA*, com sede no(a) *2º andar do Prédio da Reitoria, Campus Universitário I*, na cidade de *João Pessoa/PB*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 24.098.477/0001-10, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20...., publicada no *DOU* de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na*, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico n. 90022/2024*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **aquisição de APARELHO DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	BALANÇA ANALÍTICA, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CAPACIDADE: 220 G, RESOLUÇÃO: 0,10 MG, LARGURA: 245 MM,	273159	UND	15		

	ALTURA: 344 MM, PROFUNDIDADE: 321 MM, DIÂMETRO PRATO: 80 MM, TIPO PAINEL: DIGITAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CALIBRAÇÃO INTERNA. ALIMENTAÇÃO 220V OU BIVOLT. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE 12 MESES.					
11	OSCIOSCÓPIO DIGITAL 100MHZ ESPECIFICAÇÕES: 04 CANAIS-100MHZ, 4 CANALIS ANALÓGICOS. TELA WVGA DE 8,5 POLEGADAS E 1 MPTS DE MEMÓRIA. TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 200.000 FORMAS DE ONDA/S. , ENTRADA COM ACOPLEMENTO AC E DC ; TEMPO DE SUBIDA CALCULADO =< 3,5 NS; AJUSTES OU SISTEMA VERTICAL DE 1MV /DIVISÃO A 5V/DIVISÃO; AJUSTES OU SISTEMA HORIZONTAL DE 5NS/DIV PARA 50S /DIVISÃO; TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 100 A 240 VAC, POTÊNCIA MÁXIMA= 100W, TENSÃO MÁXIMA DE ENTRADA 135 VRMS; 190VPK. CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO. CD DE DOCUMENTAÇÃO. MENUS DA INTERFACE DO USUÁRIO EM DIVERSOS IDIOMAS, INCLUINDO PORTUGUÊS. CABO DE ALIMENTAÇÃO LOCAL. CONECTIVIDADE: NO MÍNIMO UMA PORTA USB PARA ARMAZENAMENTO EM FLASH DRIVE NO PAINEL FRONTAL, UMA	441523	UND	8		

	PORTA USB PARA ARMAZENAMENTO EM FLASH DRIVE NO PAINEL TRASEIRO E UMA PORTA USB PARA CONECTIVIDADE COM PC NO PAINEL TRASEIRO. GERADOR DE FUNÇÃO EMBUTIDO DE PELO MENOS DE 20MHZ. CAPACIDADE DE CONEXÃO POR LAN; INTERFACE DE REDE 10/100 OU SUPERIOR. GARANTIA: 05 ANOS.				
--	---	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (DOZE) MESES** contados do(a) **RECEBIMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

OU

2.2. ~~O prazo de vigência da contratação é de contados do(a) prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.~~

2.3. **O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.**

2.4. **A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.**

2.5. **O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.**

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

4.2. ~~É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:~~

4.2.1. ~~É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:~~

~~4.2.1.1.~~

~~4.2.1.2.~~

4.2.2. ~~Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:-~~

~~4.2.2.1.~~

~~4.2.2.2.~~

4.2.3. ~~Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.~~

4.3. ~~A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.~~

4.3.1. ~~O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.~~

4.4. ~~É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. ~~O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).~~

OU

5.2. O valor total da contratação é de R\$. (.....)

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data **de assinatura da Ata de Registro de Preços**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, do Índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato **e no Termo de Referência**.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de **1 (um) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**.

8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

9.19. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

9.20. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

9.21. *Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*

9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

OU

~~10.2. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade **XXXXXX**, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.~~

OU

~~10.3. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do [art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade **XXXXXX**, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:~~

~~10.3.1. **-BEM 1..... Valor**~~

- 10.3.2. ~~BEM 2 Valor~~
- 10.3.3. ~~---~~
- 10.3.4. ~~TOTAL Valor total~~

OU

10.4. ~~O contratado apresentará, no prazo máximo de XXXX dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.~~

OU

10.5. ~~O contratado apresentará, no prazo máximo de XXXX dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:~~

- 10.5.1. ~~BEM 1 Valor~~
- 10.5.2. ~~BEM 2 Valor~~
- 10.5.3. ~~---~~
- 10.5.4. ~~TOTAL Valor total~~

10.6. ~~Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por XXXXXX dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.~~

10.7. ~~A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.~~

10.8. ~~Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.9 deste contrato.~~

10.9. ~~Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.~~

10.10. ~~A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:-~~

- 10.10.1. ~~prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;-~~
- 10.10.2. ~~multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e~~
- 10.10.3. ~~obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.~~

10.11. ~~A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.10, observada a legislação que rege a matéria.-~~

10.12. ~~A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.~~

~~10.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.~~

~~10.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.~~

~~10.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.~~

~~10.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.~~

~~10.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.~~

~~10.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).~~

~~10.17.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.~~

~~10.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;~~

~~10.19. **A garantia** somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.~~

~~10.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.~~

~~10.20.1. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.~~

~~10.20.2. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.~~

~~10.20.3. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.~~

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
 - 1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 2. **Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.**
 - 3. **Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.**
 - 4. **Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.**
 - 5. **Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.**
 - 6. **Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:**

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato **será extinto** quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

OU

~~12.3. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

~~12.3.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.~~

~~12.3.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.~~

~~12.3.3. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.~~

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. Em virtude de tratar-se de SRP, A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil. (Art. 17 Decreto nº 11.462/2023)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. **As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).**

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção [ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-